



O GESTOR ESCOLAR E A SUA FORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE BETIM

Belo Horizonte

2011

LINA PAULA DE FÁTIMA BRAGA

O GESTOR ESCOLAR E A SUA FORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE BETIM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Gláucia de Fátima Silva

Belo Horizonte

2011

LINA PAULA DE FÁTIMA BRAGA

O GESTOR ESCOLAR E A SUA FORMAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE BETIM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Gláucia de Fátima Silva (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a meus amores, Pablo e Eduarda, à minha mãe e ao meu marido que sempre me respeitaram, apoiaram, aconselharam e torceram pelo meu sucesso.

"Ninguém pode 'voltar atrás' e fazer um novo começo,
mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim."

Chico Xavier

RESUMO

O presente trabalho aborda a relação entre o PPP da E. M. Paulo Freire e a consolidação de mecanismos de democratização, em especial a eleição de diretores. É explanada a situação atual da escola, da legislação vigente e de teorias existentes a respeito do assunto. São elencados os processos existentes de escolha de diretores e é enfatizado o modelo eletivo como o mais incisivo para a construção de práticas democráticas e para um melhor desenvolvimento das ações educativas na escola pública em virtude do contexto sócio-econômico e político em que se insere. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é definir como se dá este processo e qual a importância dada à formação dos gestores escolares para a efetivação da participação na gestão verdadeiramente democrática.

Palavras-chaves: gestão escolar, democratização, participação e eleição de diretores.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
	1.1 Gestão democrática da escola pública: as eleições de diretores escolares – cargos e funções na prefeitura Municipal de Betim.....	7
2	A ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA: ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR X GESTÃO ESCOLAR.....	11
3	A ESCOLHA DE DIRIGENTES ESCOLARES: POLÍTICA E FORMAÇÃO COMO FATORES INCISIVOS NAS PRÁTICAS DE GESTÃO ESCOLAR	16
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
6	ANEXO	25
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Paulo Freire	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a realidade de uma escola municipal de Betim evidenciada no seu PPP. No eixo “Finalidades da Escola” deste PPP, tem-se como aspectos de grande importância a formação do gestor escolar, bem como a eleição de diretores no direcionamento das práticas escolares e a efetivação da democratização das escolas públicas.

Para tanto, se faz necessário explicitar aqui conceitos como democracia, administração escolar e gestão. No próximo item deste trabalho “A escola pública e a democracia: administração escolar X gestão escolar” são esclarecidos os conceitos de democracia e administração em relação à gestão escolar em que a política está atrelada à participação. No item “A escolha de dirigentes escolares: política e formação como fatores incisivos nas práticas de gestão escolar” são apresentados os tipos de escolhas de diretores escolares vigentes atualmente e como a política e a formação destes interferem nas práticas escolares. Na correlação destes, entende-se que a gestão democrática necessita de instâncias para participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar (LDB artigo 14), tais como as eleições de diretores, os conselhos escolares, grêmios, colegiados, e que a forma de escolha dos gestores revela o tipo de gestão, e ainda, consolida a cultura organizacional. Sendo esta última acordada nos princípios da gestão democrática e participação, deve-se considerar a formação dos gestores um elemento importante na construção e consolidação dos espaços de participação, não sendo entendidos como apenas administrativos, e sim pedagógicos.

1.1 Gestão democrática da escola pública: as eleições de diretores escolares – cargos e funções na prefeitura Municipal de Betim

A temática tratada neste trabalho refere-se à escolha dos gestores escolares e o exercício da democracia. Para tanto, definem-se elementos e perguntas norteadoras para este trabalho: O que é democracia? Quais as funções do gestor escolar? Quem são os candidatos possíveis a gestores escolares? Quais seus compromissos com a gestão democrática? Qual o aparato legal que rege a eleição de diretores? Como o PPP se relaciona com a prática do gestor escolar e como este interfere na

construção e na consolidação do PPP? Estes são alguns questionamentos decorrentes da elaboração do PPP e da experiência na educação em Betim-MG.

A E. M. Paulo Freire, localiza-se na cidade de Betim – MG, município em que há eleição de diretores nas escolas já em funcionamento, o que revela passos para a participação da comunidade escolar, garantida no artigo 14 da LDB N.9394/1996, e a instauração de uma cultura escolar (organizacional) fundamentada nos princípios de participação e de gestão democrática. Quando uma escola é inaugurada, procede-se à indicação de diretores, ato de competência da prefeita da cidade. Nos casos em que não há candidatos ou quando não há *quorum* no dia da votação, procede-se também à indicação. Esta tem como requisito, para diretor ou vice-diretor, a formação prevista em edital para os referidos cargos comissionados.

Atualmente, para se candidatar ao exercício do cargo comissionado de Diretor é exigido o Curso Superior com Licenciatura ou Pedagogia. Já para exercer os cargos comissionados de Vice-diretor I e Vice-Diretor II, é exigido o Curso de Magistério de Nível Médio e o Curso Superior com Licenciatura ou Pedagogia, respectivamente, conforme o edital 001/2009 de eleição de diretores de Betim para a gestão atual. A LDB/96 e outras legislações vigentes mencionam como requisito a graduação para o exercício da docência e incentivam a formação continuada em cursos de aperfeiçoamento ou mesmo em nível de pós-graduação. Percebe-se que o regimento das escolas municipais de Betim está distanciado destes aparatos legais e incoerente, visto que não tem consonância com as legislações superiores. No último edital de eleição de diretores é exposta a classe dos cargos, bem como sua descrição:

DIIC - Coordena e articula o projeto político pedagógico e administrativo da unidade escolar, juntamente com o colegiado. Atua em escolas de 1º a 4º ciclos do Ensino Fundamental, com número de alunos superior a 1000 alunos. Coordena Programas/Projetos Suplementares da SEMED. Escolaridade: Curso Superior com Licenciatura ou Pedagogia.

VDI - Estimula e desenvolve a política e a filosofia propostas pela escola; articula, junto ao diretor, todas as ações sob sua responsabilidade, coordena e orienta o trabalho de limpeza, a saúde escolar, a conservação do prédio e patrimônio da escola e a preparação da alimentação escolar; zela pelo bom funcionamento da escola, participa da elaboração do horário de aulas, representa o diretor, participa de reuniões, confere o ponto diário dos funcionários; organiza, juntamente com o diretor, as atividades extras da escola; efetua compras de necessidade da escola; coordena o serviço financeiro e orçamento da escola, juntamente com o diretor. Escolaridade: Curso de Magistério Nível Médio.

VDII - Estimula e desenvolve a política e a filosofia propostas pela escola; articula, junto ao diretor, todas as ações sob sua responsabilidade, coordena e orienta o trabalho de limpeza, a saúde escolar, a conservação do prédio e patrimônio da escola e a preparação da alimentação escolar; zela pelo bom funcionamento da escola, participa da elaboração do horário de aulas, representa o diretor, participa de reuniões, confere o ponto diário dos funcionários; organiza, juntamente com o diretor, as atividades extras da escola; efetua compras de necessidade da escola; coordena o serviço financeiro e orçamento da escola, juntamente com o diretor. Escolaridade: Curso de Superior com Licenciatura com Pedagogia (BETIM, 2009, p. 11).

Pode-se perceber que as funções dos gestores abarcam questões administrativas e pedagógicas, mas a formação exigida não está diretamente relacionada a este contexto. Para Vice-Diretor I, por exemplo, é exigido o Curso de Magistério de Nível Médio para o exercício das mesmas funções do VDII. Apesar de exercerem funções de suporte da ação do diretor e das funções de vice-diretores pouco diferirem entre si, existe esta diferenciação de exigência de escolaridade sem uma justificativa lógica. Além disto, se para os docentes é necessária a licenciatura, é difícil compreender como um vice-diretor que exerce uma função hierarquicamente superior no quadro administrativo possa ter formação inferior à do docente. Isto evidencia a desvalorização do magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental e que o processo de eleição de diretores carece ainda de fundamentação, planejamento e vinculação às novas demandas do contexto educacional e das legislações vigentes.

O PPP da E. M. Paulo Freire aborda no eixo “Finalidades da Escola” a importância do processo de eleição de diretores para a gestão democrática. É enfatizado também que este processo pode garantir “[...] que a Administração¹ Escolar seja orientada por educadores que buscam os princípios, métodos e técnicas adequadas à especificidade da educação pública (PPP PAULO FREIRE, 2010, p. 7)”. Tais princípios referem-se à democratização das relações escolares e ao respeito à pluralidade de concepções e à diversidade étnica, religiosa e cultural presentes na escola. É preciso atentar para estes fatores no cotidiano do trabalho escolar em

¹ O termo “Administração” utilizado no PPP difere do termo “gestão” adotado no presente trabalho em virtude da maior abrangência e democracia que implica. Heloísa Lück (2006) no livro “Concepções e processos democráticos de gestão educacional” esclarece que o termo gestão possibilita cercar ações mecânicas ou meramente burocráticas em que se realizam atividades desprovidas de sentido e objetivos em comum e atuação sem visão de conjunto, de maneira isolada. Segundo a autora, o termo gestão abarca a democratização do processo de construção social da escola e da realização do seu trabalho por meio da organização de instâncias democráticas e compartilhamento do poder na tomada de decisão. A gestão vincula-se à liderança e a articulação e mudanças nas relações sociais que se praticam na escola e nos sistemas de ensino.

virtude da urgente necessidade de consolidação de práticas mais democráticas que transcendem o administrar e englobam a gestão pedagógica. Aqui se faz necessário explicitar o que se entende como trabalho escolar e, para tanto, se utiliza a compreensão de Oliveira (2002) que o concebe como a:

[...] forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. [...] organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e 132)

A gestão escolar suplanta a administração acrítica de recursos visto que as especificidades da educação pública requerem uma liderança articuladora entre as demandas da comunidade local, os princípios legais e a realidade político-econômica em que estão inseridas as práticas escolares.

Sendo assim, o PPP aponta a natureza da formação da equipe gestora como fundamental no direcionamento da Administração Escolar. No corpo do referido documento está expressa a relevância da gestão democrática para a consolidação de uma educação emancipatória e de qualidade². Para a efetivação desta se faz necessário discutir como tem sido o processo de eleição de diretores – seus fundamentos, sua configuração política e econômica – bem como as teorias existentes a respeito do assunto. Isto porque a configuração da gestão tem uma estreita relação com o PPP da escola e precisa ser um significativo instrumento da democracia no âmbito escolar e, conseqüentemente, na sociedade.

Em virtude dos fatos mencionados, o objetivo deste trabalho é definir como a escolha dos gestores escolares atualmente se relaciona com a efetivação de

² A educação emancipatória e de qualidade é aqui entendida segundo as diretrizes da LDB/96 em que se prevê o dever do Estado de garantir a educação escolar pública que se efetiva também mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. A escola no “desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, constitui um espaço de sociabilidade e de socialização do conhecimento produzido, indispensável na formação e inserção dos indivíduos nas relações sociais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2010, p.33)”. Assim, a educação emancipatória de qualidade se refere ao acesso aos conhecimentos historicamente construídos e à instrumentalização conceitual e técnica para o exercício da cidadania e para a transformação social a partir da atuação ativa dos sujeitos.

práticas de gestão democrática com base na realidade da E. M. Paulo Freire do município de Betim e qual a importância dada à formação destes sujeitos.

2 A ESCOLA PÚBLICA³ E A DEMOCRACIA: A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR X GESTÃO ESCOLAR

O ensino público é regido por leis, dentre elas, a Constituição Federal de 1988. Nesta, é explicitada a natureza da gestão que deve ser consolidada nas escolas públicas, ou seja, a gestão democrática. Mas, como este exercício de democracia deve ocorrer ainda é um campo de discussões. “A discussão sobre a participação da sociedade civil na gestão da educação não é algo recente na literatura educacional brasileira” (SILVA, 2006, p. 289). Desta forma, a gestão democrática pode perpassar pelo direito de escolha dos diretores escolares, pela atuação dos Conselhos Escolares, bem como no direito da sociedade civil de compor uma chapa.

O PPP da escola Paulo Freire demonstra que, atualmente, a participação da comunidade se limita ao direito de voto e ao direito de pertencer e opinar nas decisões realizadas nos Conselhos. A CF/88 transparece também que o modelo de ação estatal conta com a organização e mobilização da sociedade de maneira racional e eficiente para fazer pressão (TORRES, 2010). Isto significa que é presumida a existência da participação da comunidade até mesmo no sentido de controlar a gestão da coisa pública. Segundo Torres (2010) muitos são os fatores que dificultam esta participação, sendo os mais incisivos a não percepção pelas pessoas dos seus próprios interesses, a defecção, o tamanho do grupo latente, os custos altos, a lógica atemporal, os custos individuais com ganhos coletivos e a sociedade civil desorganizada devido à herança colonial portuguesa. Sendo assim, a participação não ocorre da maneira presumida pela lei, ocorre na prática ainda timidamente, conforme se faz referência no PPP: “[...] são oportunizados na escola momentos de discussão e implementação de novas instâncias deliberativas. Mas a participação da comunidade ainda se restringe às reuniões de pais, colegiado e eventos festivos e culturais”. (PPP PAULO FREIRE, 2010, p. 11)

Percebe-se que a consolidação de práticas democráticas na escola estão intimamente relacionadas com a forma de gestão instituída. A administração tradicional apresenta-se centralizada e burocrática, já tendências atuais mais

³ Escola Pública entendida como aquela mantida pelo poder público, voltada para os princípios democráticos expressos na LDB/96 e na Constituição Federal de 1988, bem como para a universalização de acesso, mas também de oportunidades de resultados no meio social.

gerenciais centram-se no controle e na obtenção de resultados. No entanto, percebe-se que um perfil mais democrático de gestão pode possibilitar mudanças na cultura organizacional da escola e, conforme Soares e Teixeira (2006) em sua pesquisa, pode contribuir positivamente para a proficiência do aluno

Os resultados sugerem que um perfil de diretor amplamente democrático parece influenciar, positivamente, na proficiência do aluno, além de produzir uma maior equidade com respeito à condição socioeconômica, pois diminui o efeito que essa variável exerce sobre a proficiência. (SOARES; TEIXEIRA, 2006, p.179-180)

Nesse sentido, a formação dos gestores delinea o tipo de atuação na gestão a ser desenvolvida na escola. Práticas tradicionais ou meramente gerenciais retratam a formação do gestor. Práticas centralizadoras e envoltas de disfunções da burocracia, assim como práticas gerenciais que ignoram as especificidades relativas às finalidades educacionais e sociais da escola pública, focadas acriticamente em resultados quantitativos, conforme atuação na esfera privada podem distorcer e prejudicar a cultura organizacional da escola e, conseqüentemente, a formação dos alunos e a configuração da sociedade.

O exercício da democracia pressupõe diversidades. A escola é um espaço de convivência e construção de conhecimentos em que muitos atores a configuram. Para a efetivação da prática de gestão democrática, faz-se necessário compreender o que é a democracia, em que se baseia e como se realiza. Morin (2000) afirma, neste sentido que

A democracia favorece a relação rica e complexa *indivíduo/sociedade*, em que os indivíduos e a sociedade podem ajudar-se, desenvolver-se, regular-se e controlar-se mutuamente [...] A democracia supõe e nutre a diversidade dos interesses, assim como a diversidade de idéias. O respeito à diversidade significa que a democracia não pode ser identificada com a ditadura da maioria sobre as minorias; [...] A democracia necessita ao mesmo tempo de conflitos de idéias e de opiniões, que lhe conferem sua vitalidade e produtividade. Mas a vitalidade e a produtividade dos conflitos só podem se expandir em obediência às regras democráticas que regulam os antagonismos, substituindo as lutas físicas pelas lutas de idéias, e que determinam, por meio de debates e das eleições, o vencedor provisório das idéias em conflito, aquele que tem, em troca, a responsabilidade de prestar contas da aplicação de suas idéias [...] A democracia constitui, portanto, um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade. (MORIN, 2000, p. 107-108).

Sendo assim, a escola – local privilegiado da relação com pluralidades, concorrências e antagonismos – carece de oportunizar a efetivação de práticas

democráticas, a começar pela eleição de diretores que desencadeia a relação com a democracia que se desenvolverá nas práticas escolares. Um processo de eleição democrático inicia a consolidação de relações democráticas a serem estabelecidas na escola. O perfil democrático do gestor, evidentemente, também pode contribuir para oportunizar espaços e momentos para a efetivação de práticas democráticas no interior da escola. Assim, o exercício da democracia nas escolas ultrapassa o processo de eleição de diretores e deve persistir em todos os processos de gestão escolar em um processo dinâmico, contínuo e responsável.

A gestão democrática participativa abre o espaço para relações de trabalho pautadas na cooperação e na solidariedade. Neste sentido a escola Paulo Freire concebe uma gestão horizontalizada, onde cada ator envolvido no processo decisório se torna co-responsável do sistema de gestão da escola. O desenvolvimento do trabalho, pautado na idéia de parcerias, contribui para um clima organizacional tranquilo e satisfatório e promove uma forte interação entre os setores. (PPP PAULO FREIRE, 2010, p.23)

Desta forma, o estabelecimento de relações de cooperação e solidariedade se fundamenta na legitimidade das práticas escolares. A atuação do gestor, neste sentido, é de grande relevância, pois apesar da não unilateralidade das decisões, o papel central e político inerente ao cargo configura uma relação de poder inter e entre escola e sociedade.

A formação deste profissional abarca uma complexidade de habilidades e competências que transcendem o mero administrar que não pode ser visto como uma técnica que possa ser aprendida e aplicada a toda organização indistintamente.

[...] pensada como uma técnica, a Administração assume a forma de um receituário préformatado e imposto de “cima para baixo” pelos gestores organizacionais, bem como tomado como verdade única e pronto para ser utilizado por quaisquer organizações, não importando onde nem quando. (JUNQUILHO, 2010, p.18)

Paula (apud JUNQUILHO, 2010) acrescenta ainda que a tipologia gerencial

[...] ao ser transplantada do setor privado da economia para o setor público, trouxe consigo a ideia de separação entre a política e a administração, tratando a gestão estatal por uma via tecnicista, descolada de suas bases políticas. Isto é, não enfrentou questões complexas da dinâmica da participação social em uma sociedade democrática, não integrando questões técnicas e políticas, indissociáveis no plano das relações entre Estado e sociedade. (JUNQUILHO, 2010, p. 157)

Mais do que uma técnica, administrar é uma questão complexa, é uma prática social que demanda conhecimento de técnicas, mas também a percepção do contexto em que a organização está inserida.

[...] para melhor administrarmos, devemos, ao mesmo tempo, entender de técnicas de gestão e perceber a organização como um campo complexo de disputa de poder entre grupos/pessoas. E, mais ainda, devemos compreender que uma organização está inserida em um contexto maior de conflitos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos de uma dada realidade e que influenciam no dia a dia da gestão e dos resultados a serem alcançados. (JUNQUILHO, 2010, p.22)

Contudo, mesmo sendo a escola uma organização, discute-se sobre as especificidades intrínsecas do contexto educacional. Este demanda mais do que uma boa administração de recursos por se tratar do local destinado à formação humana. Morin (2000) afirma que

[...] o conhecimento técnico está reservado aos especialistas, cuja competência em uma área fechada é acompanhado de incompetência quando esta área é parasitada por influências externas ou modificada por algum acontecimento novo. [...] o desenvolvimento da tecnoburocracia instaura o reinado dos peritos em áreas que, até então, dependiam de discussões e decisões políticas [...] (MORIN, 2000, p. 111)

Portanto, considerando os conceitos de democracia e administração, percebe-se que quando se trata de gestão escolar, seu exercício não pode ser atribuído a um tecnoburocrata alijado do cotidiano escolar.

Por muitos anos, principalmente no período em que a administração do Estado brasileiro esteve sob o poder dos militares, a administração educacional assumiu um caráter tecnocrático e capitalista. As escolas se configuravam como um lócus de formação dos trabalhadores necessários para a consolidação do capitalismo no país, reprodutores de uma ideologia que visava a construção de uma sociedade não-participativa e alienada, na qual seus integrantes não exerciam a sua cidadania. (SILVA, 2006, p.290-291)

A educação, pela função social que contempla, requer toda uma conjuntura para alcançar sua finalidade de emancipação dos sujeitos sociais. Sendo assim, o processo de eleição de diretores é relevante para a configuração de práticas de gestão democrática na escola, visto que abrange um caráter social econômico, cultural e, especialmente, político.

Percebe-se que um grande problema na gestão pública concerne à aplicação indiscriminada e acrítica de “modismos gerenciais” (Qualidade Total, Reengenharia etc.) do setor privado à gestão pública. Mas, outro dilema relevante consiste na

dificuldade do gestor de compatibilizar ferramentas técnicas de gestão e a dinâmica da política da gestão na Administração Pública, isto é, perceber e atuar na sua dimensão sociopolítica (JUNQUILHO, 2010).

Em virtude destes fatos mencionados percebe-se a íntima relação entre política e educação e a importância da eleição de diretores neste contexto, visto que a atuação destes não é neutra. Nessa sociedade democrática em que está inserida a escola pública, a dimensão política entrelaça Estado e sociedade e, portanto, escola e comunidade. Para que a escola cumpra sua função social com um caráter transformador deve investir-se, conseqüentemente, na função de formar para a cidadania e contribuir para superar a não-participação e a alienação, bem como contribuir para a instrumentalização cultural da classe trabalhadora, contrariando os interesses do capital. (PARO, 2005)

3 A ESCOLHA DE DIRIGENTES ESCOLARES: POLÍTICA E FORMAÇÃO DOS GESTORES COMO FATORES INCISIVOS NAS PRÁTICAS DE GESTÃO ESCOLAR

A descentralização e a democratização da gestão nas escolas públicas perpassam pela participação da comunidade escolar na escolha dos diretores da escola e nos conselhos escolares, bem como pela autonomia da escola.

O Projeto político pedagógico é um mecanismo de democratização escolar na medida em que se configura como registro das ideias, políticas, currículo e finalidades específicas da escola. Precisa ser um recurso dinâmico, aberto e de elaboração coletiva para que legitime as práticas escolares, pois todo o coletivo se torna co-responsável por elas.

A idéia de gestão democrática expressa na Lei abrange a existência de um projeto pedagógico da escola; a participação de professores e demais trabalhadores da educação da escola na sua elaboração e a gestão colegiada da implantação e execução desse projeto, através de órgãos colegiados compostos por representantes da comunidade escolar e outros segmentos da sociedade. (SILVA, 2006, p.290)

Para que o PPP seja um efetivo mecanismo de democratização da gestão, faz-se necessário também a instituição de conselhos escolares autônomos e participativos. A função do conselho escolar é política, não sendo neutra e passiva. Nem se limita à gestão dos recursos financeiros da escola. É muito mais – é pedagógica. Significa a participação da comunidade escolar nas deliberações realizadas nos espaços de poder da escola no delineamento do curso das práticas escolares. No entanto, o conselho escolar é apenas uma das instâncias de democratização da gestão escolar pública orientado por uma vontade coletiva em consonância com os objetivos educacionais da escola. O efetivo funcionamento dos conselhos escolares é parte deste processo que se materializa conjuntamente com outras instâncias de democratização como a eleição de diretores escolares.

Mas, para que a eleição contribua realmente para a qualidade da educação no exercício da democracia

[...] é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os

assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação etc (BOBBIO, apud SILVA, 2006, p.293)

Além de oportunizar os direitos enumerados, o processo de escolha de diretores contempla objetivos e interesses mais amplos. Silva (2006) apresenta os tipos de escolha vigentes e as suas características positivas e negativas segundo os princípios democráticos: São eles a nomeação (por meio da democracia representativa um agente externo à instituição escolar para ocupar um cargo de confiança, segundo critério político-clientelista de livre nomeação e exoneração - riscos de centralização, autoritarismo, fisiologismo e nepotismo), o concurso público (Por meio de prova ou através de provas e títulos com comprovação de formação acadêmica específica, acentua a adoção de critérios objetivos e técnicos e não afere a capacidade de liderança dos candidatos – o processo é democrático para o candidato, mas não para a comunidade escolar, pois ela não participa do processo de seleção do diretor) – e a eleição (voto direto, representativo, uninominal ou por escolhas através de listas tríplices ou plurinominais que favorecem o equilíbrio entre a competência técnico-acadêmica e a sensibilidade política necessárias ao diretor para o exercício do cargo) e o esquema misto que

[...] combina duas ou mais fases no processo de escolha dos diretores. Essas fases podem se constituir em provas que aferem a competência técnica e a formação do candidato, e eleições que verificam sua experiência administrativa, capacidade de liderança etc. Nesse mecanismo a comunidade escolar tem a possibilidade de participar de uma ou mais fases do processo de seleção, resultando em um maior vínculo e compromisso do diretor com aqueles que o escolheram. (SILVA, 2006, p.295)

A instituição de mecanismos de participação na eleição de diretores justifica-se pelo próprio processo eleitoral como exercício da democracia e como instrumento contra o clientelismo e o autoritarismo. Sobretudo, faz-se necessário discutir também os tipos de formação acadêmica ou outras experiências que podem ser decisivas para o alcance dos objetivos educacionais. Os gestores devem ser devidamente qualificados para o exercício da função de gestão escolar, devido à natureza e a complexidade das atribuições que lhes são inerentes. São necessárias habilidades e competências que pressupõem liderança, negociação, conhecimentos técnicos e experiência em educação.

Isto se deve a algumas práticas recorrentes, mesmo em escolas em que vigora o processo democrático de eleição de diretores, tais como: o corporativismo que

fortalece os professores em detrimento do restante da comunidade escolar; revezamento dos mesmos diretores e secretários na rede por muitos anos; interferência político-partidária em relação ao governo da região; personalismo na figura do diretor; falta de preparo dos diretores; populismo; e clientelismo na eleição e durante o exercício do mandato. (MENDONÇA, 2001 apud SILVA, 2006)

Estes desvios são recorrentes devido à cultura de comodismo e não participação da comunidade escolar, incluindo educadores, pais e alunos. Também decorrem da estrutura que demanda mudança nas práticas de exercício de poder. Segundo Silva (2006)

Um passo muito importante para garantia da distribuição de poder na escola é a mudança de comportamento do diretor, que deveria deixar de assumir um papel centralizador e autoritário e assumir uma postura democrática, oportunizando a todos os integrantes do corpo da escola a participação no processo de tomada de decisão, bem como a divisão de poder e responsabilidades para garantir o exercício da gestão democrática da escola. (SILVA, 2006, p.298)

Este profissional precisa também no exercício de sua função de dialogar com atores internos e externos à escola, visto que esta sofre interferências da estrutura em que está inserida e das relações nela e com ela estabelecidas. Desta forma, a formação do gestor escolar está estritamente ligada ao caráter da sua gestão. Administradores tecnoburocratas e patrões não têm condições de envolver todos os atores do processo de ensino e aprendizagem na gestão da escola.

Estes tipos tradicionais não atuam legitimamente, pois suas decisões são pessoais e descontextualizadas. Não há divisão de tarefas e compartilhamento de responsabilidades e problemas. Quando existe um conselho atuante e os gestores têm formação de estrutura política e pedagógica para dialogar, ocorre que esta instância lhes dá suporte com uma participação permanente e dinâmica.

Tudo isto facilita o engajamento da comunidade escolar, bem como a organização e mobilização em prol da configuração de políticas públicas elaboradas com base na realidade das escolas. Assim, seria possível melhor controlar a atuação do Estado no cumprimento de suas funções legais com a quantidade e, principalmente, a qualidade a que os cidadãos fazem jus.

É contraditório pensar na existência de uma sociedade democrática, sem considerar a democratização das instituições que compõem essa sociedade,

possibilitando, inclusive, à população controlar o Estado no provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e em atendimento aos interesses dessa sociedade. (SILVA, 2006, p.295)

Os gestores escolares têm que se voltar para a garantia da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, visto que só há ensino quando há aprendizagem (PARO, 1998). E, para tanto, apenas educadores comprometidos com a educação, devidamente eleitos e envolvidos com a comunidade escolar poderão buscar mais do que índices de aprovação e aumentos de produtividade. Paro (1998) afirma que não é suficiente implantar técnicas sofisticadas de gerência próprias da empresa comercial, aliada a treinamentos intensivos dos diretores e demais servidores das escolas para se resolverem todos os problemas da educação escolar. Mas, pelo contrário:

O princípio básico da administração é a coerência entre meios e fins. Como os fins da empresa capitalista, por seu caráter de dominação, são, não apenas diversos, mas **antagônicos** aos fins de uma educação emancipadora, não é possível que os meios utilizados no primeiro caso possam ser transpostos acriticamente para a escola, sem comprometer irremediavelmente os fins humanos que aí se buscam. Se os fins humanos (sociais) da educação se relacionam com a liberdade, então é necessário que se providenciem as condições para que aqueles cujos interesses a escola deve atender participem democraticamente da tomada de decisões que dizem respeito aos destinos da escola e a sua administração. Entendida a democracia como mediação para a realização da liberdade em sociedade, a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se, inicialmente, como um instrumento a que a população deve ter acesso para exercer seu direito de cidadania. Isto porque, à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade, ultrapassando os limites da chamada democracia política e construindo aquilo que Norberto Bobbio chama de *democracia social*. (PARO, 1998, p.4)

Ainda que a nova administração pública busque travestir seu discurso e suas práticas na otimização de recursos e na desburocratização dos serviços públicos, quando se trata de educação e de formação humana, as técnicas gerenciais não podem ser passivamente assimiladas. Isto porque os objetivos gerenciais centrados no aspecto quantitativo – nos índices e na produtividade – não abarcam os aspectos humanos do viver bem, da liberdade, da cidadania, da democracia social.

Se se pretende, com a educação escolar, concorrer para a emancipação do indivíduo enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática e, ao mesmo tempo, dar-lhe meios, não apenas para sobreviver, mas para viver bem e melhor no usufruto de bens culturais que hoje são privilégio de poucos, então a gestão escolar deve fazer-se de modo a estar em plena coerência com esses objetivos. (PARO, 1998, p. 3)

Daí decorre a necessidade de formação contínua dos gestores escolares e da busca incessante de envolver a comunidade escolar para que a vontade coletiva seja o norte das práticas escolares e que o trabalho dos gestores escolares não seja pontual, mas coletivo, co-responsável solidário e coerente com objetivos educacionais mais amplos que meros interesses de mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição de diretores, a instituição de conselhos escolares, a elaboração coletiva do PPP e a efetiva participação da comunidade escolar nestes processos e deliberações constituem mecanismos de democratização da gestão democrática da escola pública. Assim, o envolvimento dos gestores com a comunidade é crucial neste processo em que as dimensões política, pedagógica e financeira, indissociáveis e contextualizadas, configuram a gestão da educação pública visando aos interesses públicos.

Nesse sentido, é preciso que o gestor perceba que para haver a consolidação dos mecanismos de participação é preciso partilhar o poder de decisão por meio de mecanismos tais como o Conselho Escolar, a Escola de Pais, os grêmios estudantis e os conselhos de classe. Mas, além de criar estes espaços de discussão, são necessárias também a criação e a sustentação de ambientes que propiciem a participação (MEC, 2010).

No entanto, ainda representa um grande desafio para a descentralização e democratização a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, ou seja, pais, alunos, professores e demais educadores nos processos de tomada de decisões, de maneira mais ampla com a distribuição efetiva de poder.

[...] cabe ao gestor educacional ter clareza quanto aos caminhos que pretende construir, de modo a se criar condições para que a participação seja a mais ampliada e efetiva possível, tanto nos processos de tomada de decisão quanto na organização dos trabalhos nas instituições e nos sistemas educativos. [...] Saber encontrar caminhos para lidar com inúmeros participantes possibilitará que a participação seja mais concreta e justa. (SILVA, 2010, p.7)

Portanto, questões de ordem cultural, política, ideológica e econômica ainda tramitam influenciando a estrutura do sistema educacional e as práticas educativas e sociais. Fica evidente a urgência na instituição de mecanismos de participação mais legítimos e a consolidação de políticas públicas mais centradas no foco da educação pública que é o aluno e não o futuro profissional do mercado capitalista.

Os processos de escolha de diretor estão atrelados à formação do aluno. Assim, a indicação não é interessante, pois é clientelista e favorece interesses político-partidários; o concurso não é viável, pois mantém uma pessoa no cargo vitalício impedindo a alternância no poder e fundamenta-se apenas em conhecimentos técnicos ignorando as demais habilidades essenciais que englobam a relação com a comunidade; já a indicação por listas tríplexes não permite a participação da comunidade em todo o processo de escolha de dirigentes, restringe-se apenas à primeira etapa com a sugestão de nomes para o Executivo finalizar o processo. Sendo assim, a eleição é importante porque consolida outra lógica de participação e permite a atuação da comunidade em todo o processo da escolha, além de contribuir para que a participação se consolide durante a gestão nos conselhos instituídos.

Mas, para efetivar a democratização das práticas escolares além da eleição de diretores é necessária toda uma conjuntura de fatores que vai desde a consolidação de mecanismos diversos de participação no interior da escola na organização de suas práticas e nos processos deliberativos até a formação do gestor que tem repercussão crucial neste contexto. Sua formação deve estar voltada para a democratização e o gestor deve ser conhecedor e experiente nas práticas docentes, possuir habilidades de relacionamento, liderança, gestão de pessoas, postura ética e política e identificação com a comunidade. É importante também coibir práticas clientelistas, corporativistas, patrimonialistas e superar a visão tecnicista de gerência da educação pública.

O conselho escolar é uma instância de diálogo e formação de pensamentos e ações coletivas. Portanto, o trabalho do gestor é legitimado de acordo com as relações estabelecidas no interior da escola e com outras esferas poder. A definição de tempos, espaços, avaliação e outras organizações do trabalho da e na escola se relaciona com a formação e com a atuação do gestor. Além disto, o estabelecimento dos conselhos no sentido apresentado contribui também para o trabalho do gestor, pois permite o compartilhamento de poder, dilemas, problemas e desafios inerentes à prática educativa nas instituições públicas de ensino.

Pois a função do gestor representa um elo entre a Secretaria, os pais, os alunos, os profissionais da escola e a comunidade externa. Atua na cultura organizacional e contribui para a configuração de relações fundadas no diálogo no sentido idealizado por Bohm (2005) que se refere à construção coletiva de significados em uma investigação compartilhada que é diferente de discutir e negociar pontos de vista. Nos conselhos, os diálogos não devem buscar relações de competição, de sobrepujar ideologias ou objetivar a afirmação de status e poder. Para que os conselhos sejam instâncias democráticas de participação a formação do gestor é decisiva, visto que pode determinar que rumo o diálogo vai tomar nos momentos de construção de pensamentos, identidades, projetos, em todas as práticas escolares enfim. Ou seja, a atuação do gestor pode contribuir para a tradicional negociação de forças nos processos decisórios ou pode, ao contrário, propiciar um ambiente favorável para o diálogo em que ouvir o outro, perceber pontos de vista diferentes são essenciais para construir uma comunicação coerente e verdadeira. Além disto, o diálogo permite o entendimento por meio da criação de laços de confiança que mantém as pessoas juntas e possibilitam o surgimento de novos significados numa construção coletiva (BOHM, 2005).

Por fim, procura-se com este trabalho apresentar como está o processo de democratização na E. M. Paulo Freire em Betim, frente às novas demandas legais e teóricas. A atual gestão já busca oportunizar o diálogo e criar novas relações na escola pautadas na descentralização do poder e no compartilhamento do trabalho e da construção de novos significados para a prática educativa. O que foi agora apresentado não almeja fechar as discussões definindo o que é certo ou errado na gestão escolar. Mas, visa esclarecer os caminhos que tem sido percorridos para a consolidação de uma gestão democrática e que muitos ainda são os desafios neste processo, sejam eles estruturais, ideológicos, culturais, políticos ou econômicos. O principal ponto que objetivou este trabalho foi alcançado, ou seja, foi possível constatar que mesmo havendo divergências conceituais, a gestão escolar tem suas características próprias e não pode ser vista como um empreendimento similar ao da empresa privada e que práticas clientelistas e patrimonialistas da administração tradicional não podem coexistir com a democratização da gestão da escola pública. E ainda, mais que administrar um espaço, um bem público, o gestor é um educador

que deverá conciliar por meio do diálogo fins e meios da educação num sentido não economicista, mas de emancipação humana e pedagógico.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETIM, **Gestão Democrática: Eleição de Diretores**, 2009. Disponível em: http://www.betim.mg.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/edital_001_2009;;20091124.pdf. Acesso em: 27-10-2010.

BOHM, David. **Diálogo (comunicação e redes de convivência)**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da Administração Pública**. UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 24 - 08 - 2010.

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na gestão e na organização do trabalho na escola. In: Dalila Andrade Oliveira; Maria de Fátima Felix Rosar. (Org.). **Política e gestão da educação**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v. 1, p. 125-144.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 13ª ed São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Cláudia Dias. **Eleição de diretores escolares: avanços e retrocessos no exercício da gestão democrática da educação**. Gest. Ação, Salvador, v.9, n.3, p. 289-301, set./dez. 2006.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> Acesso em 05-07-2010.

SOARES, Tufi Machado; TEIXEIRA, Lucia Helena G. **Efeito do perfil do gestor escolar sobre a proeficiência do aluno**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 34, maio/ago. 2006.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Disponível em: <<http://www.moodle.ufop.br>> Acesso em 20-10-2010.

ANEXO I



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

LEONARDO DE SOUZA FERNANDES

LINA PAULA DE FÁTIMA BRAGA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE**

Belo Horizonte
2010



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

LEONARDO DE SOUZA FERNANDES

LINA PAULA DE FÁTIMA BRAGA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE

Trabalho apresentando à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Formação de Gestores da Educação Básica (Escola de Gestores) para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Belo Horizonte
2010

"Educação não transforma o mundo.

Educação muda pessoas.

Pessoas transformam o mundo."

PAULO FREIRE

SUMÁRIO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO.....	04
1.1 Histórico e funcionamento da escola	04
2 AS FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09
3.1 Estrutura Administrativa	09
3.2 Estrutura Pedagógica	11
4 CURRÍCULO.....	15
5 TEMPOS ESCOLARES.....	17
6 PROCESSOS DE DECISÃO.....	22
7 RELAÇÕES DE TRABALHO.....	23
8 AVALIAÇÃO.....	25
8.1 Avaliação nos Ciclos de Formação.....	26
8.2 A avaliação institucional e Projeto Político Pedagógico.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXO	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 Histórico e funcionamento da escola.

A Escola Municipal Paulo Freire (prédio central) situa-se na Rua Vila das Flores, 466, Inconfidentes, Betim – MG. CEP: 32666-666 e prédio anexo situado na Rua 1, 1. Bairro Recanto das Borboletas. Betim – MG. A região é residencial e está inserida na parte periférica da cidade. As atividades do comércio e da indústria são as que mais se destacam na região.

A E. M. Paulo Freire foi criada pela Lei nº 400 de 20/01/60 e reconhecida pelo parecer da CEE nº 800 de 10/02/80. Devido à grande demanda a escola funciona em três turnos e oferta o Ensino fundamental (1º, 2º, 3º e 4º Ciclos), EJA (1º e 2º Segmento e o PROEJA-FIC). A instituição conta também com um prédio anexo onde oferece os ciclos iniciais do Ensino Fundamental. O número de alunos assistidos pela escola corresponde a um total de 1181 distribuídos da seguinte forma:

Turnos	Ciclos	Número de turmas	Total de alunos	Carga Horária Diária	Professores por nível
1º	1º	11	314	4:00	15 P1
1º	2º	4	140	4:00	5 P1
2º	1º	1	28	4:00	1 P1
2º	2º	3	62**	4:00	4 P1
2º	3º	6	202**	4:30	10 P2
2º	4º	6	184	4:30	20 P2
3º	EJA	11	286 *	4:00	4 P1 e 8 P2

* Dos alunos matriculados, 35 são alunos do PROEJA FIC em parceria com o CEFET/MG.

** Existem 2 turmas projeto com redução do números de alunos devido às características das turmas.

A estrutura física da escola é antiga, pois tem aproximadamente 50 anos e sofreu várias reformas. A escola oferece o nível fundamental de ensino e as seguintes modalidades de ensino: profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial inserida na educação regular. A escola possui um regimento específico para cada turno que orienta e norteia os alunos e funcionários sobre as normas e regulamentos do turno. Itens como horário de saída, uniforme, forma de organização do período letivo, formas de avaliação e diversos outros compões este regimento que foi e é elaborado pela direção, pedagogas e educadores do turno. A família recebe um manual do estudante que contém as informações mencionadas acima.

O calendário escolar é comum a todas as escolas dos municípios, diferenciando-se apenas o calendário da EJA. O calendário é organizado de acordo com a legislação educacional brasileira em 200 dias letivos para o Ensino Fundamental. As séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como o 1º segmento da EJA têm 800 horas. As séries finais do Ensino Fundamental, bem como o 2º segmento da EJA têm 833:20.

A participação da comunidade nos eventos que a escola promove é expressiva devido à sua tradição na região e por assistir a comunidade há quase cinco décadas. A escola é muito procurada por outras instituições para a realização de eventos e festividades nos finais de semana. Atualmente, atende à comunidade local cedendo o espaço físico para a realização de grupos de capoeiras e escolas bíblicas. Os atuais gestores residem na comunidade, próximo à escola, e estão sempre interagindo com os moradores.

O PPP foi construído com a participação democrática de todos os segmentos por meio de encontros e assembléias. Esta metodologia de elaboração é uma forma de garantir a legitimidade, afirmar a identidade da comunidade escolar e assumir um caráter emancipatório. Assim,

A inovação emancipatória é resultante da reflexão sobre a realidade da escola, tomando-se sempre como referência as articulações entre essa realidade da escola e o contexto social mais amplo. Baseia-se em processos dialógicos e não positivos, na comunicação e na argumentação e não na imposição di idéias, valorizando os diferentes tipos de saberes. (MEC, 2010, p.7).

Neste sentido, os textos do PPP são a expressão das concepções e expectativas da comunidade escolar da Escola Municipal Paulo Freire. Sua composição se estrutura em 8 eixos, sendo eles: Introdução, Finalidades da Educação, Estrutura Organizacional, Currículo, Tempos Escolares, Relações de Trabalho, Avaliação e Anexo I.

2 AS FINALIDADES DA ESCOLA

As finalidades da educação estão centradas, principalmente, na sua função social. No entanto, é necessário e importante

[...] não a condicionar à necessidade do mercado, como função meramente voltada ao campo econômico. Nos últimos anos, em virtude de políticas neoliberais e pela força dos valores do mercado, poucas vezes a educação é lembrada como um direito para a formação para a cidadania, como formação geral das pessoas. O discurso que prevalece é o de reduzir a educação como função para o desenvolvimento econômico, para o mercado de trabalho, para formar mão-de-obra. A educação como direito humano pressupõe o desenvolvimento de todas as habilidades e potencialidades humanas, entre elas o valor social do trabalho, que não se reduz ao mercado (PIDHDD, 2005, p.15).

Neste sentido a E. M. Paulo Freire busca alcançar a sua finalidade de desenvolver nas suas práticas todas as habilidades e potencialidades humanas englobando o valor social do trabalho e visando ao cumprimento da legislação vigente, mas atendendo também os anseios da sua comunidade escolar. Ou seja, a escola objetiva oportunizar o acesso aos conhecimentos historicamente construídos, mas transcende esta formação comum ao trabalhar a formação integral do indivíduo, sem o reducionismo de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Tal processo ocorre no cotidiano da escola à medida que aborda as temáticas emergentes no contexto social, além de oferecer subsídios para inserção e manutenção do aluno no mercado produtivo. O Programa PROEJA FIC é um exemplo disto, visto que procura oferecer uma formação básica nas diversas áreas do conhecimento e também uma formação profissional com prática concomitante no mercado de trabalho.

Sendo assim, a escola percebe a importância da formação global do indivíduo para atingir seus fins de transformação social.

[...] a concepção de educação que estamos preconizando fundamenta-se numa perspectiva crítica que conceba o homem na sua totalidade, enquanto ser constituído pelo biológico, material, afetivo, estético e lúdico. Portanto, no desenvolvimento das práticas educacionais, precisamos ter em mente que os sujeitos dos processos educativos são os homens e suas múltiplas e históricas necessidades (DOURADO; MORAES, OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Neste sentido Paro (2005) afirma que é preciso ter uma postura crítica e inserir a administração no contexto da sociedade a fim de atender ao seu anseio de transformação social.

Se estamos convencidos de que a maneira de a escola contribuir para a transformação social é o alcance de seus fins especificamente educacionais, precisamos dotá-las da racionalidade interna necessária à efetiva realização desses fins. [...] entretanto a busca dessa racionalidade não pode consistir no mero transplante, para a situação escolar, dos mecanismos administrativos da empresa capitalista. A Administração Escolar precisa saber buscar na natureza própria da escola e dos objetivos que ela persegue os princípios, métodos e técnicas adequados ao incremento de sua racionalidade [...] (PARO, 2005, p.136).

No âmbito empresarial algumas estruturas são utilizadas para alcançar a eficácia e a eficiência para alcançar os resultados almejados pela organização. No entanto, nas organizações públicas, em especial, na escola é necessária outra estrutura articulada por meio de outros mecanismos. Estes se voltam para a gestão escolar democrática que se efetivam na participação. São eles os conselhos, os colegiados, os grêmios, bem como o próprio processo de eleição de diretores que garante que a Administração Escolar seja orientada por educadores que buscam os princípios, métodos e técnicas adequadas à especificidade da educação pública.

Desta forma, a função da gestão escolar é tão complexa que não pode prescindir da participação da comunidade escolar. A fim de alcançar seus objetivos educacionais e outros de âmbito social, a administração escolar se encontra aberta para a instituição de mecanismos democráticos de participação. Esta participação efetiva e política da comunidade se faz necessária para que a escola funcione com seus desdobramentos na organização da sociedade. E, além disto, para que a escola possa formar cidadãos como sujeitos históricos cumprindo o seu papel de ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e socialização do conhecimento produzido em um processo dinâmico e contínuo de uma educação de qualidade (DOURADO; MORAES, OLIVEIRA, 2010). Segundo o MEC,

Uma educação de **qualidade**⁴ visa à emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimitem. É a

⁴ Segundo a LDB/96 o dever do Estado de garantir a educação escolar pública se efetiva também mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Assim, esta qualidade se refere ao acesso aos conhecimentos historicamente construídos e a instrumentalização conceitual e técnica para o exercício da cidadania.

partir da concepção de mundo, sociedade e educação esposada, que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo (MEC, 2010, p.2).

Os objetivos educacionais, portanto, perpassam por oferecer uma educação de qualidade. Pensar a qualidade na educação remete pensar em formar cidadãos aptos a encarar os novos desafios do mundo contemporâneo globalizado e participar plenamente da vida econômica, sociopolítica e cultural do país. “Numa educação emancipadora, o sentido de ‘qualidade’ precisa ser decorrente do desenvolvimento das relações sociais (políticas, econômicas e culturais) contextualizadas (MEC, 2010).” Todavia, perpassa também por preservar a memória, as vivências e demais especificidades da cultura local a fim de afirmar a sua identidade.

O caráter emancipatório da educação visa levar o indivíduo a superar as formas de dominação e alienação estruturadas nos diversos sistemas no qual ele se insere. Desde o mundo do trabalho, até as organizações como família e igreja, essa superação é fundamental para o equilíbrio biopsicosocial do educando. No que tange ao processo educativo, a emancipação da educação discutida nos últimos anos, tem como propósito romper com as estruturas da política de capital que engessam as escolas, conformando o aluno, para que este assuma sua posição no mercado de trabalho de maneira pouco reflexiva. A organização de tempo e espaço escolar culturalmente construído, principalmente na era moderna, após o processo de industrialização, reflete bem esta questão, e será discutida em eixo posterior. A emancipação, portanto, desloca o eixo de centralidade da educação, colocando em evidência o aluno e as suas reais demandas e não as demandas do mercado e do capital.

Nesse sentido, a escola busca conhecer o seu aluno, bem como a comunidade local para conhecer a sua realidade, suas aspirações e expectativas diante das práticas escolares. Além disto, em sua prática cotidiana e em eventos como a Festa da Família e a Feira de Cultura, a escola viabiliza as manifestações culturais locais, assim como valoriza e evidencia os talentos e habilidades diversos dos integrantes da comunidade local.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 Estrutura administrativa

A E. M. Paulo Freire (prédio central) dispõe de 12 salas de aula, 1 laboratório de informática, 2 Quadras de esportes, 1 Secretaria, 1 Biblioteca, 1 Sala dos Professores, 1 sala para os pedagogos, 1 Sala da Direção, 1 Cantina, 1 Refeitório, 1 Depósito de materiais, 1 Dispensa de alimentos, 3 Banheiros para funcionários e 2 Banheiros e 1 estacionamento e espaços para recreação.

As salas de aula possuem em média 35 carteiras de madeira, 1 mesa para o professor com 1 cadeira e armários. Os quadros são brancos com uso de pincel.

O laboratório possui 12 computadores com internet e 1 deles com impressora *laser*.

As quadras são equipadas para futebol, sendo uma coberta e a outra não.

A Secretaria possui 5 mesas com cadeiras, armário planejado para arquivo de documentos e 3 computadores com internet e o sistema de gerenciamento de escrita.

A biblioteca possui 1 televisão com aparelhos de vídeo e DVD e 6 computadores com acesso a internet. O acervo é diversificado, contendo aproximadamente 1200 livros didáticos, 350 livros paradidáticos, 40 fitas VHS, 80 DVDs, um globo terrestre, 6 maquetes de anatomia humana e 4050 livros de literatura, um retroprojetor, 6 computadores disponíveis para pesquisa. Portanto, atende a empréstimos programados e pesquisas.

A sala dos professores possui escaninhos individuais para todos os professores, 1 geladeira, 2 mesas com bancos e 1 forno microondas e 2 mimeógrafos.

A sala dos pedagogos possui 2 mesas com cadeiras, 4 armários, 1 computador com acesso à internet.

A sala da direção possui 2 mesas, 1 armário, 2 computadores e 1 linha de telefone diferenciada.

A cantina tem 1 fogão industrial, 2 geladeiras e 2 freezers e 2 pias. Interligada com uma dispensa de alimentos e vasilhames.

O refeitório possui 4 mesas com bancos.

O depósito de materiais possui prateleiras com documentos, materiais de uso coletivo e materiais de limpeza. Possui 1 freezers. Possui 1 máquina copiadora e 1 xerox.

Os banheiros dos funcionários possuem espelho, lavatório, vaso e duchas sanitárias, sendo que um deles possui um chuveiro aquecido. Já os banheiros dos alunos possuem 6 sanitários em cada um e lavatório.

O prédio anexo da escola possui 4 salas de aula, 1 sala dos professores, 1 cantina, 1 refeitório, 1 sala da coordenação. 1 Depósito de alimentos 1 depósito para materiais coletivos, 1 depósito de materiais de limpeza e não possui quadra de esportes.

As salas de aula possuem 24 carteiras, 1 mesa com 1 cadeira, 1 armário para o professor e prateleiras. Os quadros são para o uso com giz.

O refeitório possui 3 mesas com bancos e cadeiras.

A cantina possui 1 fogão industrial e 2 pias.

A sala dos professores possui uma mesa com 4 cadeiras um máquina de Xerox, 1 computador e prateleiras.

A sala da coordenação possui 2 mesas com cadeiras e 1 escaninho.

A escola dispõe de 112 funcionários, sendo 4 gestores, 6 pedagogas, 70 professores, 9 estagiários, 4 técnicos de secretaria, 4 técnicos de biblioteca, 12 agentes de serviços escolares e 4 vigias. E possui 2 pedagogas por turno, à exceção do anexo que possui apenas uma pedagoga e a EJA que também possui apenas uma pedagoga.

A escola têm 4 estagiários no 1º turno e 6 estagiários no 2º turno. No entanto, a escola atende a 12 alunos da Educação especial.

A administração financeira é articulada pela tesoureira junto com a direção e o colegiado. Toda aquisição da escola é feita por meio de votação pelo colegiado, exceto material considerado emergencial. A escola é mantida com as verbas de subvenção, liberada pelo

município, que é depositada mensalmente na conta bancária do caixa escolar e a verba do FUNDEB, que é recebida pela escola anualmente.

Mensalmente, é feita a prestação de contas para o colegiado, registrada em livro próprio e acompanhada com as notas fiscais e juntos com três orçamentos feitos de cada aquisição. Após a ciência de todos os membros do colegiado é assinado por todos os participantes, pela direção e tesoureira e encaminhada para o setor da caixa escolar que realiza a auditoria.

Assim, compete ao diretor, dentre outros, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Nessa ótica, constitui-se um passo fundamental a criação de órgãos colegiados que venham possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola esteja envolvida, apontando para solução das mesmas (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2010, p.1).

No entanto, a despeito da realização da função consciente do gestor, a participação da comunidade também tem grande importância neste contexto. Para tanto, são oportunizados na escola momentos de discussão e implementação de novas instâncias deliberativas. Mas a participação da comunidade ainda se restringe às reuniões de pais, colegiado e eventos festivos e culturais.

3.2 Estrutura pedagógica

A escola funciona em regime de Ciclos de Formação Humana nos turnos da manhã e tarde nos prédios central e anexo. A EJA e o PROEJA FIC são oferecidos no noturno – prédio central.

No turno da manhã do prédio central são oferecidos o 1º e o 2º ciclos. Sendo 2 turmas do 1º ano do 1º ciclo, 2 turmas do 2º ano do 1º ciclo, 3 turmas do 3º ano do 1º ciclo, 3 turmas do 1º ano do 2º ciclo e 2 turmas do 2º ano do 2º ciclo.

No turno da manhã do prédio anexo é oferecido o 1º ciclo. Sendo 2 turmas do 1º ano do 1º ciclo e 2 turmas do 2º ano do 1º ciclo.

No turno da tarde do prédio central são oferecidos o 3º e o 4º ciclos. Sendo 2 turmas do 1º ano do 3º ciclo, 3 turmas do 2º ano do 3º ciclo, 3 turmas do 1º ano do 4º ciclo, 3 turmas do 2º ano do 4º ciclo e 2 turmas do 2º ano do 2º ciclo.

No noturno do prédio central é oferecida a EJA. Sendo 4 turmas do 1º segmento do Ensino Fundamental, 6 turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental e 1 turma do PROEJA FIC Técnico em Edificações.

As pedagogas dividem as turmas da escola igualmente. Coordenam o processo de enturmação e buscam organizar as turmas para que fiquem mais homogêneas, visto que acreditam que assim podem melhor atender às necessidades dos educandos. Realizam projetos de intervenção para sanar as dificuldades dos alunos separando-os em grupos que são atendidos em contextos específicos.

Os professores têm os seus horários de estudo para planejarem suas aulas e se encontrarem com colegas e com as pedagogas para discutirem questões inerentes aos processos escolares de ensino-aprendizagem, projetos, e outros.

Os vice-diretores responsabilizam-se pelas questões de indisciplina e procedem a intervenções com alunos e pais, quando necessário.

A gestão pedagógica na escola acontece com a participação de professores, pedagogos e gestores. No caso dos alunos portadores de necessidades especiais, os estagiários que acompanham os alunos também participam. As atividades pedagógicas de interação com a comunidade geralmente são discutidas com a participação dos funcionários, incluindo técnicos e agentes, que pouco se manifestam. Segundo Oliveira, Morais e Dourado (2010)

Nessas novas formas de organização do trabalho escolar, tem havido um esforço conjunto para que seja valorizado a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar (diretor, coordenador, professores, pais, estudantes, funcionários e os demais interessados na escola), principalmente por meio da construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico e da consolidação de conselhos escolares (p.2).

Os participantes analisam as propostas pedagógicas e curriculares encaminhadas pela Secretaria de Educação e avaliam considerando a realidade local e as demandas específicas da escola, a viabilidade, a implementação da proposta e as possíveis adequações. A comunidade atua apenas direcionando o comportamento dos alunos no âmbito domiciliar. As limitações de organização curricular, dos tempos e espaços escolares consequentes da estrutura de organização do ensino no município limitam a autonomia da escola e conseqüentemente da comunidade escolar.

[...] a autonomia é sinônimo de responsabilidade individual e coletiva. Dessa forma, ter autonomia administrativa significa também não esquecer que a escola está inserida num processo que envolve relações internas e externas, o sistema educativo e a comunidade escolar (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2010, p.1).

A escola concebe a legitimação da sua autonomia com base na participação da comunidade. E esta não se restringe a votos, contribuições ou mão-de-obra. Uma participação efetiva é idealizada pelo coletivo de educadores da escola como sendo voltada também para desejos, pensamentos, sentimentos e vivências de toda a comunidade escolar. A autonomia vai ser alcançada à medida que a comunidade se identificar com a escola, se sentir parte atuante e importante para a consolidação dos fins almejados para a educação pública. Sendo assim, a participação tem suplantado os fins econômicos da instituição e tem alcançado fins pedagógicos que vão desde a convocação pelos pais de assembleias para tratar do desenvolvimento pedagógico dos alunos até a participação na sistematização de suas concepções dentro deste projeto político-pedagógico.

Além disto, vale ressaltar que também é percebida uma forte participação da comunidade nos eventos que a escola promove. Tal fato, se deve talvez em virtude da escola ser tradicional na região e há quase cinco décadas assistir a comunidade. A escola é muito procurada por outras instituições para a realização de eventos e festividades nos finais de semana. Atualmente, atende a comunidade local cedendo o espaço físico para a realização de grupos de capoeiras e escolas bíblicas. Outro fato considerável é que os atuais gestores residem na comunidade próxima à escola e estão sempre interagidos com os moradores.

Na escola a maior parte dos problemas é resolvida pelo coletivo de funcionários como calendário, reforma, ou alguma dificuldade que a escola vem enfrentando, geralmente no âmbito ou no segmento onde há o entrave apresentado. Casos mais críticos, seja de indisciplina de aluno ou de professor ou de outros funcionários, são levados para o colegiado e para a Secretaria de Educação. Em relação à metodologia de ensino e planejamento dos professores as decisões e o direcionamento são realizados pelos próprios professores e pedagogos.

A partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a profissão dos educadores recebeu nova configuração. Esta incutiu no cotidiano escolar práticas de gestão democrática e novas formas de distribuição de tempos e espaços escolares e novas formas de avaliação do desenvolvimento do aluno e do trabalho do professor. Cobranças diferenciadas foram instauradas e os educadores foram recebendo novas demandas para o seu trabalho.

Aqui se faz necessário explicitar o que se entende como trabalho escolar, e para tanto se utiliza a compreensão de Oliveira (2002) que o concebe como a:

[...] forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. [...] organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e 132).

Segundo o autor, a organização escolar assume uma esfera mais ampla do que apenas direcionar e administrar todos os recursos da escola. Ela representa um conjunto de ações e intenções que partem desde os órgãos legislativos da educação até o aluno, a quem de fato a educação se destina. Todas as estruturas nas quais o ensino esta alicerçado, estão inseridos no processo de organização escolar, como a proposta pedagógica, as metodologias e recursos didáticos, as parcerias assumidas pela escola com outras instituições enfim, todos os recursos necessários para que o processo educativo aconteça com êxito.

Independentemente das imposições legais e advindas da sociedade, a escola busca utilizar-se da autonomia investida para elaborar projetos que promovam a formação integral do educando assumindo a sua responsabilidade social que transcenda a educação formal e conteudista. A escola trabalha de forma contextualizada abordando temas significativos para o aluno sem perder de vista a perpetuação dos conhecimentos historicamente construídos.

4 CURRÍCULO

O currículo está imerso no aparato legal que prevê o direito ao conhecimento. Este contempla o completo desenvolvimento da cidadania, mas também uma formação profissional e científica. Sua função transcende a reprodução das concepções e interesses de minorias detentoras do poder econômico. A função de possibilitar a transformação social inerente ao currículo alcança múltiplas esferas de classes, culturas, ideários, sistemas econômicos e políticos, dentre outras. Alcança uma diversidade de óticas dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

[...] o fato de, no momento atual das políticas de currículo, ser freqüente a articulação do discurso em defesa de uma cultura comum com o discurso que constitui uma cultura da performatividade, não impede que comunidades com interesses e finalidades distintos, e por vezes contraditórios, defendam cada um desses discursos. Tais associações acabam por produzir a intensificação dos híbridos culturais identificados nas atuais políticas de currículo. [...] as ações visando à formação de novas hegemonias devem ser pensadas também a partir de diferentes centros de poder que perpassam nosso próprio cotidiano, na pesquisa, nas escolas, na socialização e produção de concepções curriculares e, portanto, de cultura (LOPES, 2006, p.49).

Assim, o currículo é tido como um espaço de luta em que a intencionalidade dos atores educacionais conduzem as práticas pedagógicas na escola em prol de um foco comum que é a qualidade da educação pública. Nesse sentido, nossa escola busca cumprir suas funções legais oferecendo o currículo oficial e o formal dentro das Diretrizes, dos Parâmetros e das Propostas Curriculares Nacionais, Estaduais e Municipais, mas ao mesmo tempo busca aliar à prática a realidade da comunidade escolar. Atender às suas reais necessidades e expectativas constitui uma ênfase dos educadores da escola, até mesmo para afirmar a identidade local e estabelecer resistência contra uma formação de massa. Portanto, é requerida da comunidade escolar uma atitude de negociação política e cultural.

[...] parece-me mais produtivo investigar nas políticas de currículo como se desenvolve simultaneamente um processo global e local, alguns diriam glocal, que impõe determinadas concepções comuns, mas também abre espaço para a reinterpretção, a modificação, a leitura diversa dos padrões

previamente estabelecidos, em virtude da própria negociação inerente ao processo de imposição (LOPES, 2006, p.39).

Acreditamos que oferecer uma educação de qualidade exige participação de toda a comunidade com pensamentos e relações de poder contraditórias, mas visando transcender a realidade do aluno. É preciso que o educando tenha acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e aos múltiplos mecanismos do mundo globalizado que requer processos educacionais dinâmicos e flexíveis.

Tendo tudo isto em vista, a escola construiu de forma democrática e participativa a proposta curricular⁵. Nesta proposta buscou-se contemplar as demandas sociais, sem comprometer o direito de acesso à uma formação global de qualidade, visto que nas práticas pedagógicas ocorre a formação e a constante construção da cidadania em um processo constante de reflexão e avaliação. Formar para a cidadania constitui uma busca da própria humanidade e representa o cumprimento das funções da escola no âmbito legal, mas também social em um processo de luta contra a dominação e a favor da transformação social.

Todavia, buscamos alicerçar nossas propostas em um planejamento que "(...) ultrapassa o caráter de instrumental meramente técnico e adquire a condição de conferir materialidade às ações politicamente definidas pelos sujeitos da escola" (SOUZA, 2010, p.6).

⁵ Disponível no Anexo I do PPP.

5 TEMPOS ESCOLARES

A organização do tempo e do espaço escolar é fruto de um contexto histórico e social no qual os projetos de organização da sociedade refletem na forma de se pensar a organização escolar. Neste sentido, Betim (2007) apresenta a diferença na concepção de tempo da Idade Medieval para a concepção de tempo na Idade Moderna e Contemporânea. A idéia teocêntrica dominante no medievalismo trouxe uma configuração de tempo marcado pelas experiências de fé cristã, que estaria subordinado ao divino, no Deus controlador do tempo e dos homens. Nesta idéia, o tempo se torna, portanto, algo rígido, seguro e permanente.

A Idade moderna traz uma nova concepção do tempo marcada pelo antropocentrismo. O homem busca a história e o tempo como objetos de controle. O tempo se torna movimento, dinâmico e mutável. Para Domingues (1999) o homem moderno "(...) trata de dominar o tempo do mundo, cria relógios, e inventa instrumentos de precisão para todos os fins e por todos os meios" (p.724).

A relação de poder e domínio do homem moderno sustentaram o ideário iluminista em meados do Séc. XVIII, que possibilitou o primeiro avanço da instituição escolar. Com a invenção da imprensa a divulgação da informação e do conhecimento, as ideias da educação como forma de superação da dominação e da tirania, ganham força. A educação, na sua forma escolar formal, passa a se expandir em função das demandas sociais.

Os processos de urbanização e industrialização no contexto europeu no séc. XIX chama a educação para uma formação que supra as novas demandas de trabalho. Betim (2007) demonstra em seus estudos que o homem, portanto, passa a se adaptar à disciplina e ao tempo da produção, adequando o seu ritmo de vida ao ritmo fabril. A educação individual e elitizada se estende à educação grupal e à parcela da população no sentido de prepará-los para o ofício. Inovações metodológicas e didáticas surgem neste momento como o método mútuo em que os professores repassavam seus conhecimentos a monitores e estes, com materiais didáticos diferenciados, juntamente com o professor ensinavam centenas de pessoas ao mesmo tempo.

No ocidente, mais precisamente nos E.U.A., por volta de 1914, a organização do trabalho nas indústrias passa a ser orientado pela produção seriada e em massa inspirados nos modelos tayloristas e fordistas de produção. O sistema fordista introduziu as linhas de montagem, a hierarquização e uma compreensão de tempo: fragmentado, racional e mecanicista.

Goergem (2010) apresenta como os projetos de sociedade estruturados na idade moderna configuraram um novo modelo de escola

De fato, a escola moderna transformou-se num espaço disciplinado, organizado, planejado, intelectualizado, capaz de educar por partes. Os critérios de rigor e eficiência, decorrentes da ciência e da tecnologia, se impõem e secundarizam qualquer outra dimensão da razão humana. São procedimentos, programas, disciplina tempos e espaços organizados em função da instrumentalização do ser humano em função de algo e não em função do ser humano enquanto sujeito e cidadão (GOERGEM, 2010, p.14)

A escolarização em massa passa a ter impressa na sua estruturação o mesmo modelo das fábricas sofrendo pressões para reproduzir as novas configurações sociais. Para os autores, este modelo de escolarização serviu de espelho para a estruturação dos sistemas educacionais em diversos países, inclusive no Brasil, que em conjunto com a reformas educacionais ocorridas no país, demonstra a escola como a conhecemos

O tempo fabril da “era industrial” projeta sobre o funcionamento das escolas uma velocidade uniforme e completa, com sinetas e horários rígidos [...] a escola torna-se “curriculada”, com seus tempos e espaços divididos, medido, separados e o tempo e o espaço são divididos em função da idéia de utilidade em uma rotina que se torna naturalizada [...] Como organização pedagógica e disciplinar o tempo se ajustou ao tempo social, sendo que o calendário, por um lado incorporou a cronologia civil, religiosa e cívica com as comemorações, as festividades, e por outro, procurou harmonizar esse tempo com o ritmo próprio da escola, início e término das aulas, férias, recreio, dentre outros. Os currículos refletiam a organização padronizada e uniforme de gestão e de utilização do tempo, de modo a repercutir na internalização de hábitos de ordem, obediência e civismo. (BETIM, 2007, p.22-23)

Devido à complexidade do tema aqui posto, o objetivo desta retomada histórica das concepções histórica-filosóficas sobre os tempos escolares e suas influências na organização escolar é permitir elucidar a abrangência do conceito de “tempo escolar” e o desafio da escola em dialogar a organização de tempo escolar culturalmente construído com

a concepção de tempo fundamentada nos ciclos de formação humana, hoje posta como forma de organização escolar do sistema municipal de ensino.

Portanto, a organização em ciclos, é uma sistematização da educação que visa agrupar os alunos em tempos de aprendizagem que acompanhem as características e habilidades desenvolvidas por cada educando de acordo com o seu processo de desenvolvimento humano. Neste sentido, com o Plano Langevin-Wallon na segunda metade do Séc.XX, os ciclos nascem como uma proposta de reestruturação das bases da educação, na perspectiva de que a escola seja um espaço de emancipação e transformação social. Entre seus principais embasamentos filosóficos, Betim (2007) e Arroyo (1999), destacam o princípio norteador de toda a ação educativa baseado no respeito aos sujeitos educandos (as) e a seus tempos humanos, identitários, mentais, culturais e sociais. Abordam também a centralidade do processo educativo no sujeito e sua relação com o conhecimento e nas estratégias que pontencializam o seu desenvolvimento.

Na perspectiva da organização escolar em Ciclos de Formação, Miranda (2005) analisa que a escola passa a ter um caráter de socialização do educando, de forma proporcioná-lo uma formação integral para vida. A autora considera que

O princípio que se sustenta na organização escolar em ciclos de formação contrapõe-se frontalmente ao anterior e acarreta profundas alterações.

Defende que os alunos sejam agrupados em ciclos e que o critério de inclusão se deva operar por faixa etária ou por etapa de desenvolvimento humano. Para assegurar que os alunos permaneçam na escola, deverá evitar-se que sejam retidos por exigências externas que se interponham ao seu desenvolvimento, como ocorre nas escolas submetidas ao critério do conhecimento (MIRANDA, 2005, p.642).

Betim (2007) argumenta que as mudanças ocorridas na contemporaneidade são percebidas na escola com a incorporação da diversidade e ampliação do seu tempo no sentido de preparar o aluno para aprender a conviver. A proposta educacional do município propõe, segundo os embasamentos dos ciclos de formação, uma formação abrangente do educando, a partir da compreensão deste enquanto sujeito histórico, social, moral, estético e entre todos os outros elementos que compõem a sua diversidade.

Goergem (2010) analisa a diversidade presente no processo educacional, considerando a variação do tempo de aprendizagem entre os indivíduos. Esta concepção do autor sustenta outra característica da proposta de formação em ciclos de aprendizagem, que é o respeito ao ritmo e ao tempo de aprendizagem de cada educando. Ele aborda que

[...] é preciso lembrar que os sentidos e significados das categorias de espaço e tempo e sua aplicação não são idênticos para todos os sujeitos que as experienciam. Há pessoas com aprendizagem lenta e outras com aprendizagem rápida. Isto faz parte de sua natureza ou de sua evolução anterior. Ambas as características podem ter vantagens e desvantagens, mas não podem ser ignoradas. Há o tempo para o intelectual, para o ético e para o estético. São tempos diferentes, com especificidades próprias, que se distribuem e se entrecruzam em termos de duração e de valoração. (GOERGEM, 2010, p.16.)

Os ciclos são organizados no município de acordo com as teorias dos ciclos de formação humana considerando a faixa etária e os períodos de aprendizagem do indivíduo, sustentadas por diversos autores como Wallon, Piaget, Perrenoud entres outros que muito contribuíram para a ciência da cognição e aprendizagem.

Forma de organização dos Ciclos de Aprendizagem proposta pelo município:

1º CICLO	6 à 8 anos
2º CICLO	9 à 10 anos
3º CICLO	11 à 12 anos
4º CICLO	13 à 14 anos

A legislação da educação brasileira que rege o sistema de ensino aqui discutido prevê a carga horária mínima para o aluno do ensino fundamental de 800 horas e um mínimo 200 dias letivos. A LDB apresenta possibilidades diferenciadas de organização da educação básica como descreve o artigo 23

Art. 23 - A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

A escola organizou sua distribuição da carga horária diária de acordo com normas regulamentadoras pelo município. Sendo:

1º e 2º CICLO	4 horas diárias, sendo o recreio orientado pelos professores.
3º e 4º CICLO	4 horas e meia diária, com intervalo de 20 minutos para o recreio, distribuídos com 2 horários de 1:05 e 2 horários de 1:00, com o total de aulas semanais.

Na proposta dos Ciclos de Aprendizagem, o tempo de planejamento do professor, de formação e de interação com os demais professores são fundamentais para o êxito da proposta. O professor tem 4 horas semanais destinadas ao planejamento das aulas e realização de atividades de acordo com as demandas da escola. São direcionados tempos extra classe, fora do período regular de aula, para os projetos de intervenção na aprendizagem, projetos pedagógicos e projetos complementares de formação.

Na Educação de Jovens e Adultos na modalidade do Ensino Fundamental, a legislação prevê a carga horária mínima de 400 horas e de 100 dias letivos. Na escola a organização ocorre em 4 períodos semestrais para o 2º Segmento (antiga 5ª a 8ª série) e em um período contínuo para o aluno do 1º Segmento (antiga 1ª a 4ª série) até que o aluno adquira as competências e habilidades pra avançar para o 2º segmentos.

6 PROCESSOS DE DECISÃO

A organização escolar na perspectiva da gestão democrática atribuiu à participação coletiva o seu cunho central no processo de tomada de decisão. Sendo assim, a Constituição Federal de 1988, no art. 206, bem como a LDB no art.14, determina a gestão democrática como princípio de direcionamento das instituições públicas de ensino. Para que este princípio se estabeleça é necessário criar no ambiente educacional mecanismos que garantam a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar no processo decisório da escola. Destaca-se, neste sentido, o Conselho Escolar que alcança a representatividade dos setores desta comunidade.

[...] tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública (PARO, 1998, p.46).

Segundo o MEC (2010) a construção do espaço coletivo para o compartilhamento de poder possibilita também a construção de um espaço pedagógico com oportunidade de se trabalhar a cidadania. Portanto, o processo de tomada de decisão da escola se dá de maneira democrática e participativa, de forma garantir que todos os envolvidos no processo educacional possam participar do processo.

A equipe gestora da unidade escolar assume o papel de mediadora entre os objetivos e decisões coletivas com os sujeitos a quem elas se destinam. Isto não isentará a equipe gestora de assumir o processo decisório se o projeto coletivo for contra os princípios legais ou colocar em risco os aspectos de segurança, equidade ou justiça social. Além disto, a equipe gestora objetiva criar outros mecanismos de descentralização do processo decisório construindo novas instâncias democráticas de deliberação, como a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil.

7 RELAÇÕES DE TRABALHO

A gestão democrática participativa abre o espaço para relações de trabalho pautadas na cooperação e na solidariedade. Neste sentido a escola Paulo Freire concebe uma gestão horizontalizada, onde cada ator envolvido no processo decisório se torna co-responsável do sistema de gestão da escola. O desenvolvimento do trabalho, pautado na idéia de parcerias, contribui para um clima organizacional tranquilo e satisfatório e promove uma forte interação entre os setores. Segundo Brunet (1995) são diversas as variáveis que influenciam no clima organizacional de uma instituição, podem elas ser agrupadas em três categorias: A estrutura abrange as características físicas, como a dimensão, os níveis hierárquicos e as descrições de tarefas; o processo organizacional compreende como são geridos os recursos humanos como o modelo de gestão e a forma como se dá a comunicação e a resolução de conflitos na instituição; as variáveis comportamentais diz especificamente como cada indivíduo desempenha a sua função dentro das suas especificidades.

Portanto, a comunicação deve se efetivar de maneira precisa, garantindo um elo de diálogo e, sobretudo, de respeito uns para com os outros, visto que a gestão compreende a importância da atenção a suas estruturas físicas e de funcionamento como interferente no clima organizacional. Além disto, a gestão percebe a interferência do comportamento no exercício das funções dos profissionais e busca oferecer estímulos à motivação destes através de programas de formação e aperfeiçoamento em parceria com outras instituições. São promovidos outros mecanismos com o intuito de garantir um clima organizacional harmonioso, tais como dinâmicas de grupo, palestras, anjo, amigo-oculto, confraternizações de início e fechamento de etapas, aniversários, datas comemorativas como dia dos pais, das mães, dos namorados, dia do estudante, do professor, da secretária, do bibliotecário, das agentes escolares, dos pedagogos, dentre outros.

Desta forma, com intuito de oferecer oportunidades de crescimento pessoal e melhorar o ambiente de trabalho, a gestão busca

(...) explorar o potencial de aprendizagem e a capacidade produtiva das pessoas, visando mudanças de comportamentos e atitudes bem como a aquisição de novas **habilidades e conhecimentos**. Essa atividade tem como meta maximizar o desempenho profissional e motivacional do ser

humano para melhorar os resultados e o clima organizacional (MEC, 2009, p.19).

8 AVALIAÇÃO

A avaliação assume um papel importante para o avanço do planejamento educacional. Ela é um instrumento que possibilita uma análise da efetividade das ações propostas, tanto no contexto de sala de aula na verificação da aprendizagem, como na escola enquanto instituição.

A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto para avaliação institucional quanto para a avaliação da aprendizagem (MEC, 2010).

A avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, compreendido nas diversas relações e espaços vivenciados pelos alunos. Este processo construído em conjunto com o educando permite que ele assuma um papel mais ativo na construção do seu conhecimento e consiga identificar suas potencialidades e limitações na compreensão e nas relações que ele consegue estabelecer com o mundo.

Neste sentido, a avaliação é uma ferramenta utilizada continuamente na escola, tanto no âmbito da sala de aula (no diagnóstico e na verificação da aprendizagem do aluno), como no âmbito institucional (na verificação e no monitoramento das ações administrativas, pedagógicas e das metas propostas no PPP), considerando também os índices apontados pelas avaliações externas.

A avaliação da aprendizagem no conjunto de suas especificidades assume funções diferenciadas, dependendo da sua intencionalidade e objetivo. Segundo Kraemer (2005), a avaliação pode exercer as seguintes funções:

- Função diagnóstica – Esta considera os saberes e habilidades presentes ou ausentes no aluno, oferecendo informações acerca de determinadas capacidades do

educando para que se possa iniciar um processo de ensino aprendizagem significativo. Para a autora, este diagnóstico inicial pode auxiliar na identificação de causas de repetitivas dificuldades na aprendizagem.

- Função formativa – Esta consiste na constatação da relação de compatibilidade entre os objetivos inicialmente propostos e os resultados efetivamente alcançados. No desenvolvimento das atividades, o educador assume uma relação dialógica com o educando, através de uma prática reflexiva que o leva a conhecer os seus erros e acertos. Neste sentido, esta prática de avaliação fornece orientações aos alunos e aos professores, através dos mecanismos de feedbacks, possibilitando que o professor avalie a sua forma de ensinar, podendo reformular o seu trabalho didático.
- Função somativa – A avaliação somativa busca aferir resultados ao aluno de acordo com o seu grau de domínio em uma área da aprendizagem. Considerando os níveis de aproveitamento se torna possível outorgar uma qualificação e classificação do aluno ao final de determinado período. Em conjunto com a avaliação formativa, a avaliação somativa possibilita obter indicadores que permitem aperfeiçoar o processo de ensino.

8.1 A avaliação nos Ciclos de Formação

Conforme pré-estabelecido pelo município, a organização da proposta pedagógica na concepção dos Ciclos de Aprendizagem, considera a avaliação como processo contínuo e que engloba o aluno na sua totalidade. Segundo Betim (2007) a avaliação abrange todas as dimensões do sujeito: cognitiva, afetiva, motora, ético-moral, simbólica, estética e socio-cultural. Outro aspecto importante destacado no documento é a avaliação não focada apenas no aluno, mas na competência dos diversos atores envolvidos no processo educacional, sejam nos segmentos escolares e assim como na família, através de um trabalho integrado.

[...] a avaliação deverá abranger todas as dimensões da formação humana
[...] Cada professor deve, ao acompanhar o desenvolvimento dos alunos, preencher fichas que representam documentos capazes de apoiar e impulsionar o processo de desenvolvimento do aluno durante as atividades propostas, e das necessidades de ensino. Cada educador faz a avaliação contínua, registrando avanços e/ou dificuldades dos educandos e, em seguida, o coletivo dos educadores faz a avaliação geral (BETIM, 2007, p. 93).

8.2 A avaliação Institucional e do Projeto Político Pedagógico

A avaliação da instituição escolar, bem como de seu Projeto Político Pedagógico, tem como objetivo central, verificar se os objetivos propostos pela escola em todas as suas esferas estão sendo alcançados. Esta possibilita um redirecionamento no planejamento dos segmentos escolares e apontam quais as novas ações que devem ser implementadas.

Na perspectiva da gestão democrática, esta avaliação é contínua, através da participação coletiva dos diversos setores da comunidade escolar. A escola utiliza os indicadores da avaliação da aprendizagem, indicadores das avaliações externas e os indicadores das avaliações internas, realizadas por segmentos e/ou individualmente. O Conselho Escolar, é a entidade responsável por realizar periodicamente a avaliação do PPP e a cada biênio o documento passará por uma reavaliação e reestruturação com o o envolvimento de toda comunidade escolar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARROYO, M. Ciclos de desenvolvimento humano e Formação de Educadores. In: **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, Dezembro/99, Campinas: Cedes.

BETIM. Secretaria Municipal de Educação. **Ciclos de Formação Humana. Estudos temáticos para a formação de educadores**. Organizadoras: Ana Claudia Gomes, Carmem Lúcia de Almeida. 2ª ed. Betim: Prefeitura Municipal de Betim, 2007.

BRUNET, L. Clima de trabalho e eficácia da escola. In: NÓVOA, A. (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 2 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

DOURADO, L. F; MORAES, K. N; OLIVEIRA, J. F. **Função social da educação e da escola**, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12-07-2010.

GOERGEN, Pedro. Espaço e tempo na escola: constatações e expectativa. Disponível em: <http://www.cori.unicamp.br/foruns/magis/evento5/Texto%20PEDRO.doc>. Acesso em 01-09-2010.

KRAEMER, M. E. P. **A avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer**. 2005. Disponível em: www.gestiopolis.com/Canales4/rrhh/aprendizagem.htm. Acesso em: 22-09-2010.

LOPES, Alice Cassimiro. Discursos nas políticas de currículo. In **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22-07-2010.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Avaliação Institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/08/2010.

_____. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões conceituais**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/08/2010.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **O trabalho do gestor: dimensões, relações, conflitos, formas de atuação**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 26-08 -2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : 2004.

MEC/SEB, 2004, p. 31-35 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V) Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22-07-2010.

MIRANDA, M. G.; Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 639-651, Maio/Ago. 2005 639 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 01-09-2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na gestão e na organização do trabalho na escola. In: Dalila Andrade Oliveira; Maria de Fátima Felix Rosar. (Org.). **Política e gestão da educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v. 1, p. 125-144.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; GONÇALVES, Gustavo Bruno B.; MELO, Savana D.; FARDIN, Vinicius; MILL, Daniel. **Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor**. Disponível em <http://www.fae.ufmg.br/estrado/documentos/opus>. Acesso em 05-10-2010.

OLIVEIRA, J. F; MORAES, K. N.; DOURADO L. F; **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 2-06-2010

_____. **As dimensões da autonomia e autonomia constituída**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05-06-2010.

_____. **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em: Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05-06-2010

PARO, Vitor. H. **Gestão democrática na escola pública**. Ática, 1998.

_____. **Administração escolar: introdução crítica**. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento - PIDHDD **Educação também é direito humano** / org. Mariângela Graciano – São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 10-07-2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Níveis do Planejamento Educacional**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20-07-2010.

ANEXO

PROPOSTA CURRICULAR TURMAS DE 6 ANOS

Língua Portuguesa

- Coordenação motora.
- Alinhamento da escrita.
- Nome completo.
- Alfabeto.
- Vogais e consoantes.
- Valor sonoro de letras.
- Tipos de letras – manuscrita, imprensa, cursiva, maiúscula, minúscula.
- Sílabas.
- Palavras com sílabas simples.
- Formação de palavras.
- Contos e recontos.
- Parlendas.
- Músicas.
- Poesias.
- Histórias mudas.

Matemática

- Em cima / embaixo.
- Do lado.
- Alto / baixo.
- Grande / pequeno.
- Dentro / fora.
- Entre.
- Perto de / longe de.
- Esquerda / direita.
- Maior / menor.
- À frente / atrás.
- Idéias de adição e subtração.
- Situações problema com apoio de material concreto e / ou desenhos.
- Curto / comprido.
- Seriação.
- Classificação.
- Ordenação.
- Quantidade.
- Inclusão.
- Numerais / até 9.
- Conjuntos.
- Cores.
- Calendário.
- Ontem, hoje, amanhã.
- História dos números.

Ciências

- Higiene e saúde;
- Corpo humano; órgãos dos sentidos;
- Seres vivos e seres não vivos;

Geo / História

- Eu.
- Família.
- Trânsito.
- O tempo e as estações do ano.
- Datas comemorativas.

Artes – Prof. C, R e G

- Desenhos livres ou a partir de um tema.
- Dança.
- Teatro, dramatização.
- Música.
- Jogos.
- Pintura.
- Reciclagem.
- Dobradura.
- Colagem.
- Modelagem.
- Quebra-cabeça.

Literatura – Prof. C, R e G

- Contos de fadas;
- Quadrinhos;
- Poesias;
- Parlendas;
- Livros de história;
- Tirinhas;
- Filmes;
- Datas comemorativas.

- Fábulas;

Educação Física

- Jogos;
- Brincadeiras;
- Psicomotricidade;
- Profissões;
- Trânsito;
- O tempo e as estações.
- Datas comemorativas.

PROPOSTA CURRICULAR

TURMAS DE 7 ANOS

Língua Portuguesa

- Linguagem oral;
- Reconto literário;
- Ler e interpretar diferentes gêneros textuais;
- Ler e reconhecer diversas formas gráficas: maiúsculas /minúsculas/impressa/ cursiva;
- Regras ortográficas: b-p/t-d/ f-v/g-q;
- Ordem alfabética (uso do dicionário);
- Produção de textos: listas, avisos, bilhetes, convites e pequenas narrativas;

Matemática

- Contar e Registrar sequências: 1 a 1 – 2 a 2 – 5 a 5 – 10 a 10 – até 99;
- Raciocínio lógico na utilização e resolução de problemas;
- Aplicar os fatos da adição e subtração;
- Utilizar sinais convencionais: +, -, = na escrita da operação;
- Perceber diferenças e semelhanças entre formas geométricas;
- Unidade de tempo: dia – semana – mês – bimestre – semestre – ano, calendário;
- Hora e meia-hora;
- Interpretação e leitura de tabelas e gráficos.

Ciências

- Meu corpo
- Saúde
- Plantas
- Animais

Geo / História

- Observar pequenos percursos;
- Tipos de moradia;
- Nação espacial;
- Localização de pontos no mapa;
- A escola: sala de aula;
- Leitura de Mapas e tabelas;
- Eu e os outros;
- História das pessoas;
- O tempo.

Educação Física

Atenção: todas as propostas curriculares se ajustarão ao ritmo e às necessidades da turma.

TURMAS DE 8 ANOS

Língua Portuguesa

- Produção de texto, leitura, interpretação.
- Gêneros textuais: cartão, regras de jogo, jornal, convite, bilhete, anúncio, bilhete, placas, revista, poema, acróstico, histórias em quadrinhos, textos narrativos e descritivos, tirinhas, piadas, adivinhas, anedotas, diário.
- Dificuldades ortográficas: t/d, f/v, p/b, c/g, g/j, nh, lh, ch, x/ch, , qu/gu. rr/r brando, l final, r final de sílabas, s final de sílabas, m e n antes de p e b, ão, am, s (som de z), m
- final, n (final de palavras), ão – ães – ões – ãs, s dobrado, CE-ci-ça-ço-çu.
- Gramática: alfabeto, vogais, consoantes, tipos de letra, ordem alfabética, dicionário, frases (tipos de frases – sinais de pontuação (. ? ! : -)).
- Encontro vocálico, encontro consonantal, dígrafos, sílabas, classificação quanto ao número de sílabas, acento agudo, circunflexo, singular, plural, diminutivo/aumentativo, sinônimo/antônimo, adjetivo, verbo, substantivo próprio/ comum, masculino/ feminino, coletivo.

Matemática

- Sistema de numeração até 3^a. Ordem (contagem: 2/2, 5/5, 10/10, 3/3, 100/100;
- Antecessor/sucessor;
- Pares, ímpares;
- Composição, decomposição;
- Escrita por extenso, ordem crescente/ decrescente, arredondamento.
- Fatos da adição e subtração até 18;
- Operações de adição com reserva e subtração com reagrupamento;
- Problemas envolvendo adição e subtração;
- Gráficos e tabelas;
- Sistemas de medidas: calendário, relógio, massa (kg), comprimento (m), capacidade (l), dúzia, meia/dúzia.
- Números ordinais até 30^o.
- Idéia da multiplicação e divisão;
- Geometria – sólidos, linhas, figuras planas, polígonos, simetria;
- Sistema monetário.
- Corpo humano;
- Saúde;
- Alimentação;
- Meio ambiente;
- Ar;
- Solo;
- Água;
- Estações do ano;

Ciências

Geo / História – Prof. M

- Escola;
- Bairro;
- Município (introdução);
- Datas comemorativas.

Educação Física – Prof. M

- Jogos;
- Brincadeiras;
- Psicomotricidade;

PROPOSTA CURRICULAR TURMAS DE 9 ANOS

Língua Portuguesa

- Números naturais.
- Números ordinais.
- Sistema de numeração decimal.
 - Leitura e escrita de numerais;
 - Valor absoluto e relativo.
 - Antecessor / Sucessor;
 - Composição e decomposição;
 - Ordem crescente e decrescente;
 - Ordem e classes (milhares).
- Fatos Fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.
- Operações: adição, subtração, multiplicação e divisão.
- Multiplicação com 2 algarismos no multiplicador.
- Resolução de problemas.
- Reta numérica.
- Frações.
- Números decimais.
- Sistemas de medidas, comprimento, área, volume, massa, tempo, capacidade e temperatura.
- Gráficos e tabelas.
- Sistema monetário (leitura, escrita, lucro, prejuízo).
- Figuras geométricas sólidas e planas.
 - Polígonos e simetria.
 - Perímetro.
- Plural / Singular.
- Aumentativo/ Diminutivo.
- Parágrafo.
- Pontuação.
- Acentuação.
- Sinônimo e antônimo.
- Ortografia – contextualizada, associada às necessidades da turma.
- Adjetivos.
- Masculino / Feminino.
- Substantivos.
- Verbo.

Matemática

Ciências – Professora Carla

- A alimentação humana;
- Alimentos e nutrientes;
- A digestão dos alimentos;
- A conservação dos alimentos;
- Os alimentos industrializados.
- Água e Ar:
- Estados físicos da água;
- O ciclo da água;

- A água e as misturas;
- Ar / Atmosfera. Plantas:
- Tipos de plantas.
- Como as plantas e os animais se alimentam.
- Cadeia alimentar.
- Relações ecológicas.
- Ecossistemas

Geografia – Prof. M

- O MUNICÍPIO DE BETIM:
- Localização do município no Estado, no país e no mundo.
- Municípios que fazem limites com Betim.
- Betim: área, altitude, relevo, clima, temperatura.
- Hidrografia .
- Flora.
- Fauna.
- Turismo, cultura e lazer.
- Pecuária.
- Agricultura, Pólo Industrial.

História – Prof. M

- O MUNICÍPIO DE BETIM:
- Ontem/ hoje.
- Zona rural / Zona urbana.
- Modos de vida: econômica, social, cultural, pontos turísticos, linhas do tempo.

Artes – Professora C

- Desenho.
- Pinturas.
- Manifestações artísticas.
- Elementos visuais.
- Dança.
- Teatro.
- Dobraduras.
- Musical

Educação Física – Prof. M

- Jogos;
- Brincadeiras;
- Psicomotricidade;

PROPOSTA CURRICULAR

TURMAS DE 10 ANOS

Língua Portuguesa

- Leitura e interpretação de textos diversificados;
- Produção de textos:
- Gêneros textuais: Gráficos, notas, esquemas, cartazes, dicionário, catálogo telefônico, receitas, convite, bilhete, carta, contos, fábulas, entrevista, poemas, enunciado de questões, reportagens, manual de instruções, artigos de jornal, música, diálogo, descrição, relato.
- Expressão da oralidade: Apresentação de trabalhos de pesquisa, debate, entrevista, reconto, dramatização.
- Alfabeto, uso de letras maiúsculas, parágrafo.
- Encontros vocálicos, encontros consonantais.
- Dígrafos.
- Sinônimos / Antônimos.
- Plural / Singular.
- Sinais de Pontuação.
- Acentuação.
- Tonacidade das palavras, classificação quanto à sílaba tônica.
- Frases (tipos).
- Substantivos (gênero, número e grau).
- Adjetivos.
- Verbos (tempos verbais).
- Concordância verbal.
- Sujeito e predicado.
- Ortografia contextualizada, associada às necessidades da turma.

Matemática

- Números naturais.
- Sistema de numeração decimal.
 - Leitura e escrita de numerais;
 - Valor absoluto e relativo.
 - Antecessor / Sucessor;
 - Composição e decomposição;
 - Ordem crescente e decrescente;
 - Ordem e classes (milhares).
- Fatos Fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.
- Numerais romanos.
- As quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão.
- Resolução de problemas envolvendo uma ou mais operações .
- Elaboração de problemas..
- Gráficos e tabelas (leitura, interpretação, cálculos).
- Múltiplos e divisores.
- Operação inversa.
- Divisão com dois algarismos no divisor.
- Sistema monetário (lucro, prejuízo).
- Sistemas de medidas, comprimento, área, volume, massa, tempo, capacidade e temperatura.
- Números fracionários (representação, leitura, equivalência).
- Expressões numéricas (ordem das operações, sinais de associação).
- Multiplicação com dois algarismos no multiplicador.
- Figuras Geométricas: figuras planas, planificação dos sólidos, perímetro, maquete.
- Porcentagem.

Ciências – Professora Francislene

- Conhecendo o solo: conservação.
 - Convivência entre os seres vivos: interferência nos ecossistemas, desequilíbrio ecológico.
 - Meio ambiente.
 - Ser humano e a saúde:
 - Sistemas do corpo humano e sua integração.
 - Coordenação: sistema nervoso e hormônios.
 - Locomoção (forma e movimento).
 - Reprodução e desenvolvimento: principais modificações no organismo
- Masculino e feminino na puberdade, saúde e higiene dos órgãos genitais, ciclo menstrual, doenças sexualmente transmissíveis e sua prevenção, AIDS, aleitamento materno.
 - Digestão.
 - Respiração.
 - Circulação.
 - Excreção.
 - Autodefesa orgânica: vacina e prevenção de doenças.
 - Doenças transmitidas por microorganismos.

Geografia – Prof. M

- A Terra:
 - Conhecendo nosso planeta.
 - Forma e os movimentos da Terra.
 - Oceanos e continentes.
 - A representação da Terra.
 - Mapas.
 - Representação do espaço.
 - A localização do planeta Terra.
 - Paralelos e Meridianos.
 - Os lugares e sua localização.
- O Brasil e suas regiões:
 - Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul.
 - Minas Gerais: Localizando municípios, paisagem de Minas.

História – Prof. M

- Primeiros habitantes do Brasil.
 - Estado de M.G.
 - Primeiros habitantes.
 - A capitania de M.G.
- M.G. no século XIX.
 - Minas e a República.
 - Brasil: Imigrantes.
 - O povo brasileiro.

Artes – Professora F

- Desenho.
 - Pinturas.
 - Manifestações artísticas.
 - Elementos visuais.
- Dança.
 - Teatro.
 - Dobraduras.
 - Musical

Educação Física – Prof. M

- Jogos;
- Brincadeiras;
- Psicomotricidade;

Atenção: todas as propostas curriculares se ajustarão ao ritmo e às necessidades da turma.

PROPOSTA CURRICULAR TURMAS DE 11 ANOS

HISTÓRIA

PROFESSORA MARIA ISABEL ROSA CANESCHI

- Em busca do passado – um mundo para conhecer – um olho no presente, outro no passado – o tempo e o espaço – os sujeitos da história;
- A origem da humanidade – a idade da Terra e dos seres humanos – vestígios da humanidade.
- As primeiras histórias – As grandes conquistas.
- Os primeiros habitantes da América – nossos ancestrais – as descobertas arqueológicas no Brasil – a vida no litoral.
- Agricultura, vilas e cidades – um lugar definitivo.
- Mesopotâmia: terra entre rios – a Mesopotâmia – a organização social – o legado dos povos mesopotâmicos.
- O Egito antigo – o Egito e o rio Nilo – o papel do Estado – A periodização da história egípcia.
- A vida no Egito antigo – a sociedade – a economia – a religião – pássaros e objetos: a escrita dos egípcios – o conhecimento e as artes.
- Persas, fenícios e hebreus.
- Um olhar sobre o oriente: Índia e China.
- A África antiga – as diversas Áfricas – As religiões africanas – as sociedades africanas.
- Os gregos – a Grécia antiga – período pré-homérico – período Homérico – período arcaico.
- Esparta e Atenas – duas cidades diferentes.
- A cultura grega.
- Os romanos – a origem de Roma – período monárquico – período republicano.
- O império romano – a passagem da república para o império.
- Roma: cultura.

GEOGRAFIA

PROFESSORA D

- A geografia e a compreensão do mundo.
- O planeta Terra.
- Os continentes, as ilhas e os oceanos.
- Relevo e hidrografia.
- Clima e vegetação.
- Campo e cidade.
- Economia.

CIÊNCIAS

PROFESSORA J

ÁGUA

- Distribuição
- Ciclo
- Poluição
- Tratamento
- Características

ATMOSFERA

- Camadas
- Pressão
- Ar
- Poluição
- Combustíveis
- Tempo / clima

TERRA

- Estrutura
- Vulcões
- Terremotos
- Solo
- Rocha
- Minerais
- Erosão
- Lixo
-

SISTEMA SOLAR

PORTUGUÊS

PROFESSORA V

- Estudo e produção de textos.
- Ortografia: M/N , X/CH, SS, S, Ç, O/U, G/J, E/I, H, U/L, AM/ÃO
- Tipos de frases.
- Pontuação.
- Sílabas.
- Classificação de palavras quanto ao número de sílabas.
- Classificação de palavras quanto à tonicidade;
- Acentuação gráfica.
- Encontros vocálicos e consonantais.
- Dígrafos.
- Substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome.

ARTE

PROFESSORA E

- Linhas.
- Cores.
- Desenhos.
- Origami.
- Criações Artesanais.
- Música.
- Teatro

LÍNGUA INGLESA

PROFESSOR W

- Present tense *be*.
- Possessive adjectives.
- Personal Pronouns.
- Cardinal numbers 1 – 101.
- Countries and cities.
- Wh_ questions: *what, where, how*
- Articles – *a / an*
- Singular and plural nouns
- Colors > Occupations > food.
- Prepositions of place: *in-on-under*
- Yes or No questions.
- Alphabet > Occupations > Everyday objects.
- Possessive 's.
- Possessive adjectives.
- This / that / these / those.
- Nationalities / Family members.
- Months / Sports.
- Present tense: affirmative / negative / interrogative.
- Feelings.
- Adjectives.
- School subjects.
- Days of the week.
- There is / are (question / negative).
- Some / any
- Places / weather.
- Parts of the house and furniture.

MATEMÁTICA

PROFESSOR C

- Sistema de numeração.
- Operações com números naturais.
- Expressões numéricas.
- Múltiplos e divisores.
- Divisibilidade.
- Números Primos.
- Decomposição em números primos.
- Mínimo múltiplo comum.
- Máximo divisor comum.
- Frações.
- Números decimais.
- Sistemas de medidas.
- Geometria.

ENSINO RELIGIOSO

PROFESSORA ELIZABETH EMILIANA COSTA

O ↔ EU TRANSCENDENTE

- Eu no mundo;
- Eu e a natureza
- Eu sou eu com o outro
- Eu e o outro somos nós
- Cuidados consigo mesmo (corpo):
higiene pessoal, alimentação, prática de atividades físicas.
- Orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores, como respeito, saber ouvir, cooperação, entre outros.
- Respeito às características das pessoas, suas limitações, suas qualidades e sentimentos.
- Valorização do diálogo como forma de lidar com os conflitos, por meio das ações de cooperação, tolerância, solidariedade e ajuda na relação com o outro.
- Adoção de atitudes de cortesia e cooperação no dia a dia na sala de aula e para além dela.
- Valorização de amizades.

- Reflexão sobre a sociedade.
responsabilidade/papel de cada um na

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROFESSOR V

- Aquecimento.
- Alongamento.
- Atividades aeróbicas e anaeróbicas.
- Esportes de modalidade coletiva: handebol, futebol, voleibol.
- Atividade rítmica: manifestações rítmicas ligadas à cultura jovem: Hip Hop, Street Dance e outros.

Atenção: todas as propostas curriculares se ajustarão ao ritmo e às necessidades da turma.

PROPOSTA CURRICULAR

TURMAS DE 12 ANOS

HISTÓRIA

PROFESSORA M

- O feudalismo na Europa: a origem do mundo feudal, o feudo, a sociedade européia medieval.
- O poder da igreja católica no mundo medieval: o papel da igreja, abadias e catedrais, as heresias.
- As cruzadas: convocação das cruzadas para além da fé, conseqüências das cruzadas.
- O fortalecimento do comércio e das cidades: o ressurgimento do comércio e das cidades, as transformações na Europa, as revoltas camponesas e a peste, a vida nas cidades, as universidades.
- A era dos descobrimentos: o mundo que os europeus conheciam, em busca de novos caminhos, por mares nunca dantes navegados, Portugueses e Espanhóis no oceano.
- Europa e América: os primeiros contatos, encontros de culturas, povos nativos da América Espanhola.
- A chegada dos portugueses ao continente americano, o Brasil no caminho dos portugueses.
- Os povos indígenas do Brasil: muitos povos diferentes, registros e histórias, os indígenas que os portugueses encontraram, a dizimação dos povos indígenas.
- A exploração do Pau-Brasil: uma madeira vermelha que deu nome ao nosso país, a extração do Pau-Brasil.
- A administração colonial: as capitânicas hereditárias, o governo-geral, o poder local das vilas, comércio exterior, monopólio português.
- A escravidão: da África para a América, a origem dos escravos, o cotidiano do trabalho escravo, os escravos resistem: formas de luta contra a escravidão.
- A riqueza e a miséria do açúcar: cana-de-açúcar, grande propriedade e trabalho escravo, a população e o comércio do açúcar, a riqueza colonial era para poucos.
- A sociedade açucareira: como eram as famílias nos engenhos de açúcar, a vida nos engenhos.
- Literatura e arte na colônia.

GEOGRAFIA

PROFESSORA D

- Formação do território brasileiro.
- Regionalização.
- Centro-sul.
- Nordeste.
- Amazônia.

CIÊNCIAS

PROFESSORA J

SERES VIVOS

- Caracterização
- Células
- 5 reinos:
- Reino Monera

- Reino Protista
- Reino dos Fungos
- Reino Animal
- Reino das plantas

PORTUGUÊS

PROFESSORA V

- Estudo e produção de textos.
- Ortografia: M/N , X/CH, SS, S, Ç, O/U, G/J, E/I, H, U/L, AM/ÃO
- Pontuação.
- Acentuação gráfica.
- Encontros vocálicos e consonantais.
- Dígrafos.
- Substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.

ARTE

PROFESSORA E

- Desenhos.
- Perspectiva.
- Música.
- Criações com círculos.
- Origami.
- Criações artesanais.
- Dança.

LÍNGUA INGLESA

PROFESSOR W

- Present tense *be*.
- Possessive adjectives.
- Personal Pronouns.
- Cardinal numbers 1 – 101.
- Countries and cities.
- Wh_ questions: *what, where, how*
- Articles – *a / an*
- Singular and plural nouns
- Colors > Occupations > food.
- Prepositions of place: in-on-under
- Yes or No questions.
- Alphabet > Occupations > Everyday objects.
- Possessive 's.
- Possessive adjectives.
- This / that / these / those.
- Nationalities / Family members.
- Months / Sports.
- Present tense: affirmative / negative / interrogative.
- Feelings.
- Adjectives.
- School subjects.
- Days of the week.
- There is / are (question / negative).
- Some / any
- Places / weather.
- Parts of the house and furniture.

MATEMÁTICA

PROFESSORES: G, J, C

- Operações em N
- Expressões numéricas
- Resolução de Problemas
- Operações em Z
- Expressões numéricas.
- Resolução de problemas.
- Operações em Q.
- Expressões numéricas.
- Resolução de problemas.
- Porcentagem
- Resolução de problemas.

- Equações de 1º. Grau.
- Resolução de problemas.
- Inequações do 1º. Grau.
- Representação na reta numérica.
- Sistema de equações do 1º. Grau.
- Representação no plano cartesiano.
- Resolução de problemas.
- Razão.
- Proporção.
- Regra de 3 simples.
- Perímetro, área e volume.

ENSINO RELIGIOSO

PROFESSORA E

O EU E O OUTRO

- Identidade
- Convivência
- Normas coletivas de convivência
- Cooperação
- Como trabalhar em grupo?
- Discriminação x Preconceito
- Líderes da Paz
- LIVRO: **O JEITO DE CADA UM: IGUAIS E DIFERENTES**
- Identificar quem eu sou de verdade e o que eu quero da vida (objetivo);

- Cooperar com os colegas e os professores e para além da sala de aula;
- Aprender a trabalhar com alguém diferente de mim, sabendo ouvir e expor minhas ideias.
- Conhecer os líderes mundiais e quais foram as suas contribuições para a humanidade, e o que eles têm para nos ensinar.
- Reconhecer que cada um é diferente de mim, mas que como pessoa merece ser respeitado na sua totalidade

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROFESSORES C, G, J

- Aquecimento.
- Alongamento.
- Atividades aeróbicas e anaeróbicas.
- Esportes de modalidade coletiva: handebol, futebol, voleibol.
- Atividade rítmica: manifestações rítmicas ligadas à cultura jovem: Hip Hop, Street Dance e outros.

Atenção: todas as propostas curriculares se ajustarão ao ritmo e às necessidades da turma.

PROPOSTA CURRICULAR TURMAS DE 13 ANOS

HISTÓRIA

PROFESSORA GISLAINE MÁRCIA DA CONCEIÇÃO MIRANDA

- Conceitos básicos.
- Ciclo do ouro.
- Revolução Industrial.
- Movimentos Nativistas (Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana).
- Independência brasileira.
- Primeiro Reinado..
- Período regencial e Segundo Reinado.
- O movimento social dos trabalhadores.
- Decadência do Segundo Reinado.
- Proclamação da República.
- Revolta de Canudos e o Cangaço.
- O Neocolonialismo.

GEOGRAFIA

PROFESSORA R

- Geografia e Regionalização do espaço.
- Economia Global.
- O continente americano.
- A população e a economia da América.

- América do norte.
- América Central – América Andina – Guianas.
- América Latina.
- O Brasil.

CIÊNCIAS

PROFESSORA MC

- Estudo da estrutura celular.
- Corpo humano: Sistema reprodutor, gravidez, métodos anticoncepcionais. Alimentação
- saudável, sistema digestório, sistema respiratório, circulatório, excretor e nervoso.

PORTUGUÊS

PROFESSORA M

- Linguagem: Comunicação e memória, organização de informações em esquema, portadores textuais.
- Conto e romance: elementos de coesão textual, história em quadrinhos, frase, oração, período, advérbio e orações adverbiais, conjunções adverbiais.
- Conto e epopéia: descrição, elementos de coesão, tipos de predicado.
- Crônica argumentativa: notícias e não-notícias, fato, opinião, argumento, sujeito e predicado, tipos de sujeito, mapas e gráficos.
- Texto expositivo: esquema, predicado verbal, verbo transitivo, verbo intransitivo.
- Texto de opinião: estrutura do texto argumentativo, as vozes do verbo – o agente da passiva.
- Texto publicitário: adjunto adnominal, adjunto adverbial.
- Poema: musicalidade e poesia, intertextualidade, vocativo, termos ligados ao nome, complemento nominal, aposto.
- Leitura, Interpretação e produção de textos de diversos gêneros.
- Ortografia.

ARTE

PROFESSORA I

- Desenhos.
- Perspectiva.
- Música.
- Criações com círculos.
- Origami.
- Criações artesanais.
- Dança.

LÍNGUA ESPANHOLA

PROFESSOR C

- oferecer ajuda em uma loja;
- expressar um desejo ou pedir algo;
- perguntar o preço;
- expressar preferências;
- como falar pelo telefone;
- falar de ações no presente;
- tratamento formal e informal;
- expressar obrigação pessoal e impessoal;
- dar ordens e recomendações;
- conhecer mitos e lendas;
- ler textos no passado;
- falar do futuro;
- descrever ações em desenvolvimento;
- falar sobre o passado recente;
- expressar acordo e desacordo e argumentar;
- falar sobre o caráter.

MATEMÁTICA

PROFESSORES: JF

- Expressões Algébricas.
- Operações com polinômios.
- Produtos Notáveis.
- Fatoração de polinômios.
- Segmentos, ângulos e triângulos.

ENSINO RELIGIOSO

PROFESSORA E

VALORES

- Valores: materiais, estéticos, religiosos e morais.
- Os meus, os seus, os nossos valores.
- Somos inteligentes;
- Somos capazes de amar

- Somos livres;
- Somos responsáveis;
- Um jeito de olhar e ser na vida

ADOLESCÊNCIA:

- Um giro pelo mundo adolescente
- Os limites pelo mundo (o que pode e o que não pode fazer o jovem a partir de 14 anos de idade pelo mundo);
- O sonho de ser dono do próprio nariz
- A onipotência juvenil

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROFESSORES C, G, J

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Aquecimento. • Alongamento. • Atividades aeróbicas e anaeróbicas. • Esportes de modalidade coletiva: handebol, futebol, voleibol. | <ul style="list-style-type: none"> • Atividade rítmica: manifestações rítmicas ligadas à cultura jovem: Hip Hop, Street Dance e outros. |
|--|--|

Atenção: todas as propostas curriculares se ajustarão ao ritmo e às necessidades da turma.

PROPOSTA CURRICULAR TURMAS DE 14 ANOS

HISTÓRIA

PROFESSORA G

- Conceitos básicos.
- A Primeira Guerra Mundial.
- República velha (1889 a 1930).
- A Era de Vargas (1930 a 1945).
- Facismo e Nazismo.
- A Segunda Guerra Mundial.
- Brasil de 1945 a 1964.
- Período Militar 1964 a 1984.
- Brasil 1984 aos dias atuais.

GEOGRAFIA

PROFESSORA R

- Países e conflitos.
- Globalização e organizações mundiais.
- Europa.
- Ásia.
- África.
- Oceania e Regiões Polares.

CIÊNCIAS

PROFESSORA MC

- Estudo da matéria.
- Estados físicos da matéria.
- Mistura e métodos de separação de misturas.
- Estudo do Átomo.
- Estudo do Movimento.

PORTUGUÊS

PROFESSORA D

- Linguagem: Comunicação e memória, organização de informações em esquema, portadores textuais.
- Conto e romance: elementos de coesão textual, história em quadrinhos, frase, oração, período, advérbio e orações adverbiais, conjunções adverbiais.
- Conto e epopéia: descrição, elementos de coesão, tipos de predicado.
- Crônica argumentativa: notícias e não-notícias, fato, opinião, argumento, sujeito e predicado, tipos de sujeito, mapas e gráficos.
- Texto expositivo: esquema, predicado verbal, verbo transitivo, verbo intransitivo.
- Texto de opinião: estrutura do texto argumentativo, as vozes do verbo – o agente da passiva.
- Texto publicitário: adjunto adnominal, adjunto adverbial.
- Poema: musicalidade e poesia, intertextualidade, vocativo, termos ligados ao nome, complemento nominal, aposto.
- Leitura, Interpretação e produção de textos de diversos gêneros.
- Ortografia.

ARTE

PROFESSORA E

- Perspectiva.
- Cinema.
- Música.
- Criações com círculos – Mandalas.
- Grafite.
- Teatro.
- Contação de histórias.
- Grandes Pintores.

LÍNGUA ESPANHOLA

PROFESSOR C

- como apresentar-se a uma pessoa;
- como apresentar uma pessoa a outra;
- profissões;
- adjetivos para referir-se a qualidades e defeitos;
- expressar preferências;
- descrição física de pessoas;
- falar do passado;
- cumprimentar de maneira muito informal;
- expressar um desejo no futuro;
- dar uma desculpa no passado;
- relatar uma notícia lida ou ouvida.

MATEMÁTICA

PROFESSORES: JF

- Revisão do 1º, 2º, 3º anos.
- Potência.
- Propriedade das potências.
- Radicais.
- Equações do 2º. Grau.
- Resolução de problemas.
- Sistema de equações do 2º. Grau.
- Resolução de problemas.
- Teorema de Tales.
- Teorema de Pitágoras.
- Triângulos semelhantes.
- Razões trigonométricas no triângulo retângulo.
- Relações métricas na circunferência.
- Perímetro das figuras geométricas planas.
- Comprimento da circunferência.
- Área das figuras geométricas planas.
- Volume das figuras geométricas sólidas.

ENSINO RELIGIOSO

PROFESSORA E

DROGAS

- Lícitas e ilícitas
- Álcool;
- Cigarro;
- Maconha;
- Cocaína;
- Etc.
- Coleção de livros em quadrinhos da Associação ABRAÇO.

AFETIVIDADE

- Como no tempo de nossos pais;
- Revendo métodos contraceptivos;
- Ser pais jovens: fato que pode ser evitado
- Aborto: concepção acerca do início da vida/ legislação.

AS RELIGIÕES

- Hinduísmo;
- Budismo;
- Judaísmo;
- Cristianismo;
- Islamismo;
- Religiões de matrizes africanas: Candomblé e Umbanda.

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROFESSORES C, G, J

- Aquecimento.
- Alongamento.
- Atividades aeróbicas e anaeróbicas
- Esportes de modalidade coletiva: handebol, futebol, voleibol.
Atividade rítmica: manifestações rítmicas ligadas à cultura jovem: Hip Hop, Street Dance e outros.